

Fernanda Rivera Burle

**O Efeito de Desejabilidade Social na Opinião
Pública sobre Diferentes Tipos de Políticas de
Ação Afirmativa**

Brasília, Brasil

2018

Fernanda Rivera Burle

O Efeito de Desejabilidade Social na Opinião Pública sobre Diferentes Tipos de Políticas de Ação Afirmativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Mathieu Turgeon

Brasília, Brasil
2018

Agradecimentos

Agradeço à minha família por toda compreensão durante este período do mestrado. Agradeço especialmente ao meu pai José Maurício e à minha mãe Andréa, que propiciaram a melhor educação que eu poderia ter e sempre me incentivaram e me apoiaram em todas as decisões da minha vida. Muito obrigada por todos os ensinamentos pessoais e profissionais e por não medirem esforços para me ajudar sempre que precisei! Agradeço ao meu namorado, Gleyderson, que sempre esteve no meu lado me confortando e me escutando. Agradeço ao meu irmão Tiago, aos meus primos Júlia, Artur, Mayra e Gabriel pela paciência e por trazerem uma maior leveza para a minha vida.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram juntos comigo, torcendo, vibrando e me ajudando nos momentos mais difíceis. Agradeço a todos os professores da UnB que de alguma forma contribuíram para a minha formação profissional e pessoal. Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro recebido durante todo o meu mestrado, que foi fundamental para que eu pudesse concluir minha dissertação.

Por fim, agradeço especialmente ao meu orientador Mathieu, que tanto admiro e me ensinou muito. Acompanhou todo o desenvolvimento do meu trabalho, sempre colaborando com questionamentos e novas interpretações. Contribuiu com meu desenvolvimento acadêmico e profissional, sempre com paciência, solicitude e compreensão. Muito obrigada, Mathieu!

Resumo

As políticas de ação afirmativa implementadas nas universidades públicas no Brasil abrangem três principais grupos: alunos de escolas públicas, alunos de baixa renda e alunos negros e indígenas. Opiniões sobre essa modalidade mais ampla de política de ação afirmativa, especialmente se mensuradas por perguntas diretas, podem ser enviesadas por um efeito de desejabilidade social. O efeito de desejabilidade social diz respeito à tendência que as pessoas possuem de sub ou sobreinformar suas preferências a fim de seguir as normas sociais. Esse trabalho procura entender se atitudes sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa são propensas a um efeito de desejabilidade social e quais são os determinantes deste efeito. Para mensurar o efeito de desejabilidade social e seus determinantes, um experimento de lista foi aplicado a estudantes universitários em 2013. O experimento de lista aumenta a privacidade e anonimato dos respondentes, permitindo que eles revelem suas atitudes sinceras sobre questões sensíveis. Comparando as respostas à pergunta direta e ao experimento de lista, estimamos o efeito de desejabilidade social. Os resultados revelam que as opiniões sobre os três tipos de políticas de ação afirmativa são propensas a um efeito de desejabilidade social. Ademais, encontramos evidências de que tanto determinantes individuais (interesse próprio e preconceito em relação ao grupo alvo) como determinantes contextuais (áreas de conhecimento do curso universitário diferentes e universidades diferentes) explicam o efeito de desejabilidade social. Dessa forma, para aprendermos a dinâmica da opinião pública sobre temas sensíveis como políticas de ação afirmativas, precisamos saber se esta opinião é enviesada pelo efeito de desejabilidade social e quais são os determinantes deste efeito.

Palavras-chave: Opinião Pública, Políticas de Ação Afirmativa, Efeito de Desejabilidade Social, Atitudes Políticas.

Abstract

Affirmative action policies implemented in public universities in Brazil cover three main groups: public school students, low-income students, and black and indigenous students. Opinions about this broader modality of affirmative action policy, especially if measured by direct question, can be contaminated by social desirability bias. The social desirability bias concerns the tendency of people to under or overestimate their preferences in order to follow social norms. This paper seeks to understand if attitudes about different types of affirmative action policies are subject to a social desirability bias and what are the determinants of this effect. To measure the social desirability bias and their determinants, a list experiment was applied to college students in 2013. List experiment afford survey respondents anonymity that allows them to provide truth answers to sensitive question. Comparing the answers to the direct question and to the list experiment, we can estimate the social desirability effect. The results reveal that opinions about the three types of affirmative action policies are prone to an social desirability bias. In addition, we find evidence that both individual determinants (self-interest and prejudice against the target group) and contextual determinants (different university knowledge areas and different universities) explain the social desirability bias. Thus, to learn the dynamics of public opinion on sensitive issues such as affirmative action policies, we need to know if this opinion is biased by the social desirability and what are the determinants of this effect.

Key-words: Public Opinion, Affirmative Action, Social Desirability Bias, Political Attitude.

Sumário

1	Introdução	7
2	Políticas de Ação Afirmativa e Opinião Pública no Brasil	8
3	O Efeito de Desejabilidade Social	12
4	Efeito de Desejabilidade Social e Políticas de Ação Afirmativa	15
5	Dados e Métodos	24
6	Resultados	30
6.1	O tamanho do efeito de Desejabilidade Social: Comparando os Tipos de Cotas	30
6.2	Determinantes Individuais: Modelos Multivariados	32
6.3	Determinantes Contextuais	41
7	Discussão	45
8	Conclusão	49
	Referências Bibliográficas	51
	APÊNDICE A Teste para o Efeito de Desenho	56
	APÊNDICE B Resultados dos Modelos Multivariados	57

Lista de ilustrações

Figura 1 – Efeito de Desejabilidade social para os três tipos de Cotas	31
Figura 2 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota Racial	34
Figura 3 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota Social	37
Figura 4 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota para Escola Pública	39
Figura 5 – Efeito de Desejabilidade Social: Comparando Áreas de Conhecimento .	43
Figura 6 – Efeito de Desejabilidade Social: Comparando a UnB e a UFMG	44

1 Introdução

As ações afirmativas ganharam grande notoriedade pública nos últimos anos no Brasil. A partir da Lei nº 12.711/2012, todas as universidades federais devem reservar vagas para três grupos específicos: estudantes de escolas públicas, estudantes de baixa renda e estudantes negros e indígenas. Compreender a opinião das pessoas sobre essas políticas permite que se desenvolvam estratégias de comunicação mais eficientes com os cidadãos sobre os objetivos, a importância e as vantagens deste tipo de política. Entender a opinião das pessoas sobre essas políticas também permite que se conheça melhor a própria dinâmica de relações raciais e sociais de um país.

Entretanto, mensurar as opiniões sobre uma questão tão sensível pode ser uma tarefa difícil. No Brasil, grande parte da literatura de opinião pública sobre ações afirmativas utiliza perguntas diretas (e.g. Telles e Bailey, 2002; Bailey, 2004). As respostas a esse método de pergunta podem ser enviesadas pelo efeito de desejabilidade social. O efeito de desejabilidade social diz respeito à tendência que as pessoas possuem de sub ou sobreinformar suas preferências a fim de seguir as normas sociais (Blair e Imai, 2012). Nesse sentido, as pessoas podem não estar revelando as suas opiniões honestas sobre políticas de ação afirmativa quando questionadas diretamente e explicitamente por quererem se apresentar em concordância com normas sociais compartilhadas, isto é, estarem sujeitas a um efeito de desejabilidade social.

Novas técnicas de *survey* vêm conseguido minimizar o efeito de desejabilidade social. Esse é o caso do experimento de lista, técnica de questionamento indireto sobre uma questão sensível que consegue obter respostas mais honestas das opiniões dos entrevistados e mensurar o efeito de desejabilidade social (Kuklinski, Cobb e Gilens, 1997; Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998; Comşa e Postelnicu, 2012). No Brasil, os poucos estudos que utilizam esta técnica (Turgeon, Chaves e Wives, 2014; Vidigal, 2015; Vidigal, 2018) concentram-se apenas em um tipo de ação afirmativa, as cotas raciais.

Este trabalho inova ao examinar o efeito de desejabilidade social na opinião de estudantes universitários sobre três tipos de políticas de ação afirmativa: a política de cotas raciais, a política de cotas para escolas públicas e a política de cotas sociais. Nosso objetivo principal é entender os vários determinantes do efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa. Utilizaremos um experimento de lista, inserido em um *survey online* e aplicado a estudantes universitários brasileiros em 2013, para mensurar o efeito de desejabilidade social. Analisaremos se variáveis como o grupo alvo da política, determinantes individuais (interesse próprio e o preconceito do respondente), e determinantes contextuais (área de conhecimento do curso universitário e a universidade do aluno) influenciam na propensão ao efeito de desejabilidade social quando estudantes revelam suas atitudes sobre políticas de ação afirmativa. A análise conjunta do efeito de

desejabilidade social nas opiniões sobre três tipos de cotas permite que as explicações sobre os determinantes do efeito de desejabilidade social sejam mais esclarecedoras e que os resultados sejam mais fundamentados.

Para compreender a opinião das pessoas sobre esta questão, é necessário saber, de um lado, quais são as opiniões sinceras das pessoas e, de outro lado, quem são as pessoas que distorcem suas opiniões. Para que se desenvolvam estratégias de comunicação mais eficientes com os cidadãos, deve-se saber tanto quais são as opiniões das pessoas como quem não revela suas sinceras opiniões. A fim de entender melhor a dinâmica das relações raciais e sociais de um país, deve-se explorar tanto quais são as opiniões das pessoas como por que algumas pessoas não revelam suas sinceras opiniões. Assim, se queremos conhecer plenamente as atitudes em relação às políticas de ação afirmativa, precisamos compreender o efeito de desejabilidade social nessas atitudes e seus determinantes.

As perguntas que queremos responder são: *Opiniões sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa são propensas a um efeito de desejabilidade social? Esse efeito é uniforme entre os três tipos de políticas de ação afirmativa? Quem é mais suscetível ao efeito de desejabilidade social quando perguntado sobre políticas de ação afirmativa? O efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa varia de intensidade dependendo do contexto social?*

Para tentar resolver essas questões, este trabalho está organizado da seguinte maneira. Na seção 2, apresentaremos um quadro geral da opinião pública sobre políticas de ação afirmativa no Brasil. Na seção 3, discutiremos sobre o efeito de desejabilidade social. Na seção 4, apresentaremos nossas hipóteses de pesquisa. Na seção 5, iremos apresentar os dados e métodos utilizados no trabalho. Na seção 6, serão apresentados os resultados. Na seção 7, a discussão será apresentada. Por fim, a seção 8 é a conclusão.

2 Políticas de Ação Afirmativa e Opinião Pública no Brasil

Ação Afirmativa engloba um conjunto de programas e políticas que buscam aumentar a representação de grupos historicamente sub-representados em instituições de ensino, instituições públicas e instituições privadas (Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998). No Brasil, políticas de ação afirmativa foram implementadas principalmente como sistema de cotas na admissão para as universidades federais (Telles, 2010). Esse sistema de cotas nas universidades é importante para assegurar a diversidade nas instituições de ensino e traz ganhos positivos para o aprendizado de todos os estudantes (Crosby, Iyer e Sincharoen, 2006).

As primeiras, mais famosas e polêmicas políticas de ação afirmativa no Brasil visavam beneficiar os negros. Esse primeiro tipo de política de ação afirmativa demorou a

ser adotado no Brasil, pois acreditava-se que a miscigenação teria levado a uma inclusão de não-brancos e que, assim, existiria pouco racismo no Brasil (Telles, 2012). Essa crença, denominada teoria da democracia racial, permitiu que o racismo e a desigualdade racial se perpetuassem sem que ocorresse uma interferência pública e política que solucionasse essas questões. A mudança de paradigma só começou a ocorrer a partir do período de redemocratização no Brasil e com a III Conferência Mundial contra Racismo e Discriminação Racial, realizada em Durban em 2001. Nesta conferência, o governo brasileiro reconheceu o racismo e a desigualdade racial como problemas persistentes no Brasil e assumiu a responsabilidade de implementar políticas que lidem com essas questões (Telles, 2012).

Após a Conferência de Durban, as políticas de ação afirmativa começaram a ser implementadas. Em 2001, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro instituiu políticas de ação afirmativa visando a população negra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) (Rio de Janeiro, 2001). Essas próprias universidades estaduais do Rio de Janeiro logo diversificaram as políticas de ação afirmativa, que passaram a ser destinadas tanto para negros como para alunos de escola pública (*proxy* para classe social) a partir de 2003 (Rio de Janeiro, 2003).

Também em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a aprovar cotas para minorias étnicas e raciais, por decisão do próprio conselho acadêmico da universidade (Universidade de Brasília, 2013). A política de ação afirmativa desta universidade tornou-se bastante conhecida pois englobava apenas minorias étnicas e raciais, não trazendo nenhum requisito relacionado à classe social. Nos anos subsequentes, inúmeras outras universidades públicas começaram a implementar políticas de ação afirmativa. Cada universidade pública seguiu critérios diferentes, algumas englobando apenas raça, mas grande parte combinando tanto raça como classe social (por *proxy* educação e renda) (Peria e Bailey, 2014). A Universidade de Minas Gerais (UFMG) foi uma das universidades que adotou, a partir de 2009, uma política de ação afirmativa que usava tanto um critério de classe social como um critério de raça, nomeada "política de bônus sociorracial" (Lima Amaral et al., 2012).

Em 2012, as políticas de ação afirmativa são instituídas a nível federal, a partir da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas federal) (Brasil, 2012). As instituições federais de educação superior ficam obrigadas a adotarem políticas de ação afirmativa que tenham como alvo tanto estudantes de escola pública, como estudantes de baixa renda e estudantes negros (pardos e pretos) e indígenas. Todas as universidades públicas devem reservar 50 por cento das vagas para estudantes de escola pública. Dessas vagas reservadas a estudantes de escolas públicas, 50 por cento devem ser destinadas a estudantes de renda baixa (estudantes de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo). Ainda dessas vagas reservadas a estudantes de escola pública, negros e indígenas devem

preenchê-las na mesma proporção respectiva desses grupos na unidade de federação da instituição. Esses três tipos de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, englobados nesta lei, serão estudados nesse trabalho.

No Brasil, raça e classe social se juntaram para criar uma abordagem mais abrangente de políticas de ação afirmativa (Peria e Bailey, 2014). Essa nova abordagem reflete as relações sociais e raciais do Brasil. O contexto brasileiro é caracterizado tanto por uma desigualdade social como uma desigualdade racial e a educação é fonte dessas duas desigualdades (World Bank, 2004). Como Cicalo (2012) afirma, a educação representa um paradoxo sério no Brasil. Enquanto as escolas particulares de ensino fundamental e médio são tipicamente de qualidade superior às escolas públicas, as instituições de ensino superior públicas são as de maior qualidade. Consequentemente, alunos de classe social baixa, que tipicamente estudam em escolas públicas, não conseguem competir com alunos de classe média e alta, que tipicamente estudam em escolas particulares, por vagas em instituições públicas de ensino superior. Como a população negra e indígena é sobre-representada nas classes sociais mais baixas e o seu nível de escolaridade é ainda mais baixo, essa desigualdade se perpetua ainda mais entre esses grupos. Logo, se queremos combater tanto a desigualdade social como a desigualdade racial, devemos combater a desigualdade educacional. Isso explica o porquê das ações afirmativas no Brasil terem se apresentado principalmente como cotas raciais e sociais nas universidades públicas.

Pesquisas sobre opinião pública em relação a políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro vêm focando principalmente em políticas de ação afirmativa que visam negros. Estudos vêm encontrando que políticas de ação afirmativa para negros são apoiadas por grande parte da sociedade brasileira (e.g. Bailey, 2004; Smith, 2010). De acordo com esses estudos, o preditor mais importante dessas atitudes é a classe social, mensurada por escolaridade e renda (Telles e Bailey, 2002; Bailey, 2004; Smith, 2010; Bailey, Fialho e Penner, 2016). Apesar de raça ainda ser um preditor relevante, a diferença de apoio entre brancos e não brancos é muito menor do que a encontrada em estudos no contexto norte-americano. Dessa forma, a dinâmica de classe social parece fundamental na compreensão de atitudes em relação a políticas de ação afirmativa para negros. Educação, renda e raça parecem atuar conjuntamente como preditores dessas atitudes (Smith, 2010).

Todavia, esses estudos utilizaram perguntas diretas para mensurar atitudes em relação a políticas de ação afirmativa (Bailey, 2004; Smith, 2010; Bailey, Fialho e Penner, 2016). Respostas a perguntas diretas são propensas a um grande efeito de desejabilidade social. Entrevistados podem não estar revelando suas opiniões sinceras sobre políticas de ação afirmativa por acharem que isso vai contra as normas sociais.

Métodos de questionamento indireto, como o experimento de lista, podem mitigar o efeito de desejabilidade social e obter opiniões mais honestas dos respondentes. A partir do experimento de lista, o efeito de desejabilidade social pode ser mensurado, comparando a

reposta à questão sensível obtida pela pergunta direta (atitude explícita do respondente), com a resposta à questão sensível obtida pela pergunta indireta (atitude sincera¹ do respondente)(Comşa e Postelnicu, 2012).

Alguns estudos no Brasil já vêm utilizando o experimento de lista para mensurar atitudes em relação a políticas de ação afirmativa e o efeito de desejabilidade social (Turgeon, Chaves e Wives, 2014; Vidigal, 2015; Vidigal, 2018). Turgeon, Chaves e Wives (2014) utilizam o experimento de lista para mensurar as atitudes de estudantes universitários em relação a políticas de ação afirmativa para negros e indígenas. Esses autores encontram que os estudantes brancos não são suscetíveis ao efeito de desejabilidade social, mas que os estudantes negros e indígenas (grupo elegível a essa política) subinformam seu apoio a cotas raciais quando perguntados diretamente. A pesquisa de Turgeon, Chaves e Wives (2014) foi aplicada a uma amostra em 2011 e, portanto, é anterior a Lei de Cotas federal de 2012 e os debates que advieram dela. Como esses mesmos autores reconhecem, esta nova lei pode trazer uma maior ameaça aos privilégios dos estudantes que não são elegíveis a essa política e também pode fazer com que haja uma norma social mais forte sobre a importância de políticas de ação afirmativa.

Vidigal (2015) também utiliza o experimento de lista para analisar as opiniões de estudantes universitários sobre políticas de ação afirmativa para negros e indígenas. Os resultados desse estudo, aplicado em 2013, mostram que existe um efeito de desejabilidade social na exposição dessas opiniões, inclusive para estudantes brancos. Em geral, estudantes tendem a sobreinformar a importância desta política. Dessa forma, parece que a implementação da Lei de Cotas federal em 2012 e os debates subsequentes sobre esta questão podem ter trazido uma norma social mais forte em relação à importância de políticas de ação afirmativa e, assim, uma tendência maior ao efeito de desejabilidade social.

Esses dois estudos focam apenas em um tipo de política de ação afirmativa, a reserva de vagas para indígenas e negros. Nosso trabalho inova ao estudar o efeito de desejabilidade social na opinião de estudantes universitários sobre três tipos de políticas de ação afirmativa: a política de cotas raciais, a política de cotas para escolas públicas e a política de cotas sociais. Os dados utilizados foram coletados em 2013, após a implementação da Lei de Cotas federal, em que o debate sobre esses tipos de políticas de ação afirmativa estava bem intenso e controverso. Iremos analisar se existe um efeito de desejabilidade social quando estudantes de graduação, grupo afetado por essas políticas,

¹ As atitudes mensuradas a partir do experimento de lista vêm sendo tradicionalmente consideradas como as atitudes sinceras ou verdadeiras do entrevistados, já que o anonimato desta técnica permite respostas mais honestas. Mesmo que as repostas a perguntas indiretas ainda possam ser propensas a um efeito de desejabilidade social em certo grau, consideraremos ao decorrer do texto que o experimento de lista mensura a atitude sincera, para facilitar o entendimento do leitor e seguir a bibliografia do tema.

revelam suas opiniões sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa e quais são os determinantes deste efeito. A análise do efeito de desejabilidade social para três tipos de cotas permite que as explicações sobre os determinantes do efeito de desejabilidade social ganhem ainda mais força. Na próxima seção, explicaremos o efeito de desejabilidade social e formas de amenizá-lo.

3 O Efeito de Desejabilidade Social

O efeito de desejabilidade social refere-se à tendência que as pessoas possuem de negar traços socialmente indesejáveis e admitir os socialmente desejáveis (Phillips e Clancy, 1972). Esse efeito deve ser uma preocupação real em pesquisas que utilizam o auto-relato para mensurar atitudes políticas, principalmente as que envolvem questões socialmente sensíveis, como no caso de políticas de ação afirmativa. O efeito da desejabilidade social pode trazer resultados imprecisos e enviesados que não revelam as atitudes sinceras dos indivíduos e, conseqüentemente, levar a correlações espúrias (Antin e Shaw, 2012).

O grau de viés de desejabilidade social varia de acordo com alguns fatores, como a sensibilidade percebida da questão, o contexto social em que a questão está inserida, o grau de privacidade dado ao respondente, a proporção da população que se comporta da maneira socialmente indesejável e os aspectos específicos do projeto de pesquisa (Krumpal, 2013). Pesquisas que utilizam perguntas diretas para mensurar atitudes sobre um assunto sensível podem ser propensas a um grande viés de desejabilidade social e comprometer seus resultados. Isso ocorre porque as pessoas buscam se apresentar de forma consistente com normas e valores sociais compartilhados, principalmente quando questionadas diretamente e explicitamente (Comşa e Postelnicu, 2012). As normas sociais funcionam como uma regra comportamental que é seguida por indivíduos de uma população quando eles acreditam que muitos outros a seguem ou quando eles acreditam que muitos outros acreditam que a regra deve ser seguida (Mackie et al., 2012).

Para reduzir o viés de desejabilidade social em pesquisas, os pesquisadores vêm utilizando dois tipos principais de instrumentos. O primeiro tipo de instrumento refere-se às técnicas que medem a susceptibilidade dos indivíduos ao efeito de desejabilidade social (Antin e Shaw, 2012). Exemplos desse tipo de instrumento são a escala de desejabilidade social de Marlowe-Crowne (Crowne e Marlowe, 1960) e a escala de gerenciamento de impressão (Paulhus, 1988).

O segundo tipo de instrumento refere-se às técnicas de pesquisa que atenuam o viés de desejabilidade social da resposta, ao aumentar a privacidade do entrevistado. Nessa segunda categoria, estão inclusos tanto técnicas de coleta de dados como desenhos de pesquisa. Em relação às técnicas de coleta de dados, pesquisas em que os entrevistados auto-administram o questionário, ou seja, em que não há a presença do entrevistador,

tendem a levar a um menor efeito de desejabilidade social (Krumpal, 2013). Esse é o caso de *surveys online*, técnica utilizada em nossa pesquisa.

Em relação aos desenhos de pesquisa, existem vários experimentos que conseguem mitigar o efeito de desejabilidade social, como o experimento de resposta randomizada, o experimento de endosso e o experimento de lista (Rosenfeld, Imai e Shapiro, 2016). Nesse trabalho, a técnica que será utilizada é o experimento de lista, que consiste em um método de questionamento indireto sobre a questão sensível que permite a mensuração do efeito de desejabilidade social.

Vários estudos norte-americanos já vêm mostrando que respondentes com certas características políticas, ideológicas e sociodemográficas são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social quando expressam suas atitudes explícitas e que esta relação entre característica e efeito de desejabilidade social é dependente da questão política e do contexto sociopolítico.

Alguns estudos vêm encontrando que liberais e democratas, considerados mais tolerantes em relação a outras etnias e questões como ações afirmativas e imigração, na verdade possuem atitudes políticas bem parecidas com conservadores e republicanos sobre estas questões, mas são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social quando auto-relatam sua atitude. Gilens, Sniderman e Kuklinski (1998), pioneiros em mensurar o efeito de desejabilidade em atitudes políticas a partir do experimento de lista, encontram que indivíduos brancos que são liberais e/ou democratas subinformam sua raiva em relação a políticas de ação afirmativa. Janus (2010) encontra que indivíduos brancos não hispânicos que são liberais e/ou democratas subinformam seu apoio em relação a restrições da imigração. Existem também questões políticas que levam os conservadores a serem mais propensos ao efeito de desejabilidade social. Knoll (2013), em seu estudo sobre nativismo, encontra que os conservadores sobreinformam sua preocupação em relação aos níveis percebidos de ameaça cultural por influência de estrangeiros. Logo, dependendo da questão política e das normas sociais de cada grupo ideológico, algumas pessoas serão mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que outras.

Estudos também vêm analisando se características sociodemográficas estariam relacionadas com a propensão ao efeito de desejabilidade social, apesar dos resultados serem bem controversos e trazerem algumas inconsistências. A relação entre características sociodemográficas dos respondentes e a propensão ao efeito de desejabilidade social vai variar dependendo do tipo de atitude ou comportamento político envolvido e da tolerância do grupo sociodemográfico. Em relação ao gênero, Dalton e Ortegren (2011) utilizam uma escala de gerenciamento de impressões e encontram que mulheres são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Entretanto, estudos que utilizam experimento de lista têm encontrado resultados contraditórios em relação ao gênero. Gênero não parece ser um importante preditor do efeito de desejabilidade social no auto-relato sobre voto em

eleição com candidata mulher (Streb et al., 2007), mas parece ser um importante preditor do efeito de desejabilidade social no auto-relato sobre compra de voto na Nicarágua (Gonzalez-Ocantos et al., 2012). Em relação a idade e renda, os mais velhos e mais ricos são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social ao auto-relatar sobre atitudes em relação ao nativismo (Knoll, 2013) e ao auto-relatar sobre compra de voto na Nicarágua (Gonzalez-Ocantos et al., 2012).

Sobre a escolaridade, estudos que utilizam experimento de lista vêm encontrando resultados diversos da relação entre escolaridade e efeito de desejabilidade social. Respondentes com menor escolaridade parecem sobreinformar sua tolerância em relação a um candidato à presidência negro (Heerwig e McCabe, 2009) e sua preocupação em relação a níveis percebidos de ameaça cultural por influência de estrangeiros (Knoll, 2013). Já respondentes com maior nível de escolaridade parecem subinformar sobre compra de votos na Nicarágua (Gonzalez-Ocantos et al., 2012) e parecem sobreinformar sua tolerância em relação a um candidato de um grupo social marginalizado (Brown-Iannuzzi, Najle e Gervais, 2017). Esta relação pode ser também não linear. Janus (2010) encontra que a relação entre a escolaridade dos respondentes e o efeito de desejabilidade social nas atitudes de respondentes em relação a restrições de imigração não é linear, pois depende do grau de tolerância do grupo. Nesse estudo, enquanto respondentes que possuíam o nível universitário foram mais propensos ao efeito de desejabilidade social, respondentes que possuíam o nível de pós-graduação foram menos propensos ao efeito de desejabilidade social, pois estes respondentes já eram mais tolerantes em relação a questões de imigração. Dessa forma, a tolerância de um grupo sociodemográfico não é necessariamente artefato do efeito de desejabilidade social. A relação entre escolaridade e efeito de desejabilidade social também vem encontrando alguns resultados inconsistentes. Comşa e Postelnicu (2012) encontram que a relação entre escolaridade do indivíduo e a direção do viés de desejabilidade social ao auto-relatar sobre o voto em uma eleição divergiu dependendo do modelo estatístico utilizado.

Assim, existem várias características sociodemográficas, ideológicas e partidárias dos indivíduos que parecem estar relacionadas com o efeito de desejabilidade social na atitude em relação a uma questão política específica. Os resultados ainda possuem algumas inconsistências, e mais pesquisas são necessárias. A relação entre essas características e o efeito de desejabilidade social é dependente do contexto sociopolítico.

Logo, um outro aspecto importante que influencia na magnitude do efeito de desejabilidade social de uma questão é o contexto social. Um contexto social pode trazer uma norma social mais forte sobre uma questão, o que afeta a sensibilidade percebida desta questão e, assim, o efeito de desejabilidade social em opiniões sobre esta questão (Krumpal, 2013). Karp e Brockington (2005) encontram que cidadãos que não votaram sobreinformam em maior magnitude sobre sua participação eleitoral em países em que o

nível de participação é alto do que em países em que o nível de participação é baixo. Berinsky (2002) encontra que a magnitude do efeito de desejabilidade social nas atitudes em relação a políticas de promoção de igualdade racial de norte-americanos mudou ao longo do tempo. Isto é, precisamos prestar atenção tanto nas diferenças de contexto social entre países ou outras unidades espaciais em um mesmo momento do tempo como também nas diferenças de contexto social de uma mesma unidade espacial em diferentes momentos do tempo.

Além disso, existem ainda outros fatores, tanto individuais como contextuais, que podem levar os entrevistados a serem mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e que ainda não foram estudados profundamente. O nosso trabalho procura contribuir para esta área. Na próxima seção, apresentaremos nossas hipóteses sobre outros fatores individuais e fatores contextuais que podem tornar as atitudes em relação a políticas de ação afirmativa propensas a um efeito de desejabilidade social.

4 Efeito de Desejabilidade Social e Políticas de Ação Afirmativa

Nós queremos saber se os *surveys* comumente utilizados para mensurar atitudes em relação a políticas de ação afirmativa estão revelando as atitudes sinceras dos entrevistados. Como já falado, a atitude mensurada por pergunta direta pode ser entendida como a atitude explícita do entrevistado, a atitude mensurada pela pergunta indireta (no caso, a partir do experimento de lista) pode ser entendida como a atitude sincera do entrevistado e a diferença entre essas duas atitudes é entendida como o efeito de desejabilidade social (Comşa e Postelnicu, 2012). Dessa forma, nossa primeira pergunta de pesquisa é: *opiniões explícitas sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa no Brasil são propensas a um efeito de desejabilidade social?*

Nos estudos sobre ação afirmativa para negros, evidências fortes sobre o efeito da desejabilidade social em opiniões explícitas já foram encontradas. Esses estudos aconteceram principalmente no contexto norte-americano (e.g. Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998), mas também existem alguns estudos no Brasil (Turgeon, Chaves e Wives, 2014; Vidigal, 2015; Vidigal, 2018). Consideramos que esse efeito de desejabilidade social também deve ocorrer nas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa que visem outros grupos. Nesse sentido, nossa primeira hipótese é a seguinte.

Hipótese 1: Opiniões explícitas sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa serão propensas a um efeito de desejabilidade social.

A hipótese 1 quer identificar se as pessoas são suscetíveis a um efeito de desejabilidade social e enviam suas respostas ao revelarem suas atitudes em relação a políticas

de ação afirmativa em *surveys* que utilizam pergunta direta. Também queremos saber se esse efeito de desejabilidade social varia dependendo do grupo alvo da política de ação afirmativa. Nesse sentido, nossa segunda pergunta de pesquisa é: *o efeito de desejabilidade social é uniforme entre os três tipos de políticas de ação afirmativa?*

Acreditamos que o efeito de desejabilidade social não será uniforme entre todos os tipos de políticas de ação afirmativa, em decorrência do histórico dessas políticas. A política de reserva de vagas para negros e indígenas foi a mais debatida no Brasil, é a mais conhecida e antiga, e sua necessidade e legitimidade foi inclusive reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 (Universidade de Brasília, 2013). Além disso, esse foi o primeiro modelo a ser implementado no mundo, no contexto norte-americano. Lá, estudos já demonstraram que há um efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre esse tipo de política, em consequência das pessoas não quererem parecer racistas e que não se preocupam com a igualdade racial (Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998). Pressupomos que todo esse histórico pode ter levado a uma norma social mais rigorosa sobre a importância de cotas raciais no Brasil e, assim, que opiniões sobre esse tipo de política de ação afirmativa sejam as mais propensas a um efeito de desejabilidade social. Logo, nossa segunda hipótese é a seguinte:

Hipótese 2: Opiniões explícitas sobre políticas de cotas raciais serão mais propensas a um efeito de desejabilidade social do que opiniões explícitas sobre políticas de cotas sociais e sobre políticas de cotas para escolas públicas.

Também precisamos entender quais são as pessoas que são mais propensas a um viés de desejabilidade social. Dessa forma, nossa terceira pergunta de pesquisa é: *quem é mais suscetível ao efeito de desejabilidade social quando perguntado sobre políticas de ação afirmativa?* Mesmo que a amostra seja de estudantes universitários, a análise sobre quem é mais suscetível ao efeito de desejabilidade social trará implicações para estudos que utilizam perguntas diretas em outras amostras.

Consideramos que existem dois fatores individuais que explicam por que os estudantes universitários estão suscetíveis a um efeito de desejabilidade social ao revelarem suas opiniões sobre políticas de ação afirmativa. O primeiro fator é o interesse próprio. Interesse próprio é considerado o motivador de todos os comportamentos humanos e pode englobar tanto motivações materiais como não materiais (Kim, 2014). Para facilitar a sua mensuração e testabilidade, estudos na ciência política têm privilegiado a visão materialista. Nesta visão, interesse próprio enfatiza a motivação das pessoas em maximizar ganhos materiais e minimizar danos materiais (Kim, 2014). No caso de uma política pública, interesse próprio está relacionado com os benefícios e custos desta política.

Estudos vêm encontrando efeito nulo ou um efeito modesto de interesse próprio na

predição de atitudes como escolha do voto e apoio a políticas públicas (e.g. Sears et al., 1980). No caso do apoio a políticas de ação afirmativa, alguns estudos vêm encontrando um efeito moderado de interesse próprio (Jacobson, 1985; Bobo, 1998; Mangum, 2008). Porém, mesmo quando o interesse próprio importa, outros fatores parecem ter uma influência maior (Jacobson, 1985).

Todos esses estudos utilizaram perguntas diretas para mensurar essas atitudes. Seguir o próprio interesse em atitudes em relação a políticas públicas pode ser julgado como ser egoísta ou ambicioso, características socialmente indesejáveis (Kim, 2014). Nesse sentido, pessoas que não apoiam políticas de ação afirmativa por consequência do seu interesse próprio podem não revelar sua atitude sincera quando perguntadas diretamente.

As políticas de ação afirmativa possuem características que as tornam um ótimo exemplo para estudar o efeito do interesse próprio nas opiniões. Como Sears e Funk (1990) afirmam, interesse próprio tende a influenciar atitudes políticas principalmente quando os custos e as consequências são claros e quando a questão política é percebida como importante pelos indivíduos. Essas condições de influência explicam por que esse fator não mostrou ser um determinante importante para várias atitudes políticas, como a escolha do voto. A política é um assunto distante para grande parte da população e, assim, as pessoas não conseguem discernir se são afetadas materialmente de forma direta por escolhas políticas (Sears e Funk, 1990; Kim, 2014). Todavia, políticas de ação afirmativa trazem custos e benefícios claros, isto é, os beneficiários e não beneficiários dessas políticas são tangíveis (Mangum, 2008). Esses aspectos permitem que o interesse próprio possa ter uma grande importância nas atitudes sobre essas políticas, ainda mais para alunos universitários, grupo afetado por tais políticas. Dessa forma, pode ser que o interesse próprio seja um importante determinante das atitudes em relação às políticas de ação afirmativa, mas que as perguntas diretas sobre essas atitudes não estejam captando esse fator devido ao efeito da desejabilidade social.

A forma como trabalhamos com o interesse próprio difere da forma utilizada no trabalho de Vidigal (2015) sobre apoio a cotas raciais. No trabalho de Vidigal (2015), interesse próprio é pressuposto como determinante das atitudes sinceras em relação a políticas de ação afirmativa, mensuradas a partir do experimento de lista. Nosso trabalho vai além, ao pressupor que interesse próprio é tanto determinante dessas atitudes sinceras como do efeito de desejabilidade social, já que seguir o interesse próprio pode ser socialmente indesejável. A forma como operacionalizamos interesse próprio também distingue da forma utilizada no trabalho de Vidigal (2015). No estudo de Vidigal (2015), que foca apenas na cota racial e analisa somente as atitudes de estudantes autodeclarados brancos, é pressuposto que os estudantes brancos de renda baixa teriam seu interesse próprio mais prejudicado do que estudantes brancos de renda alta e, assim, tenderiam a ter opiniões menos favoráveis a políticas de cotas raciais. Os resultados da pesquisa contrariam esta

hipótese, já que estudantes autodeclarados brancos de renda baixa mostram ter opiniões mais favoráveis a cotas raciais do que os estudantes autodeclarados brancos de renda alta. Isso pode ter ocorrido inclusive porque estudantes de renda baixa, independente da cor ou raça, são beneficiados de um outro tipo de política de ação afirmativa, a cota social. O nosso trabalho, ao comparar três tipos de cotas que reservam vagas para grupos diferentes, permite que se operacionalize interesse próprio de uma forma mais precisa e clara.

Presumimos que o grupo não elegível ao tipo de política de ação afirmativa específico será o que tem seu interesse próprio mais prejudicado e, assim, será mais propenso ao efeito de desejabilidade social. Mesmo que nossa amostra seja de estudantes universitários, isto é, que os estudantes já tenham ingressado na universidade, acreditamos que a vivência do período de seleção para a universidade e o contexto familiar permitem que esses estudantes percebam se seus interesses foram contrariados por essa política. Como cada tipo de política de ação afirmativa reserva vaga para um grupo específico, um grupo diferente estará mais suscetível a esse efeito para cada cota. Dessa forma, temos três hipóteses para interesse próprio.

Hipótese 3.1: Em relação às políticas de ação afirmativa para negros e indígenas, os estudantes universitários brancos serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Hipótese 3.2: Em relação às políticas de ação afirmativa para alunos de baixa renda, os estudantes universitários de renda média, primeiramente, e de renda alta, em segundo lugar, serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Hipótese 3.3: Em relação às políticas de ação afirmativa para alunos de escola pública, os estudantes universitários que não estudaram todo o ensino médio em escola pública serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Assim, estudantes universitários que pertencem ao grupo não elegível à política de ação afirmativa específica serão os mais propensos ao efeito de desejabilidade social ao revelarem suas atitudes sobre essa política. Em relação às políticas de ação afirmativa para alunos de baixa renda, consideramos que os alunos universitários de renda média serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social, pois eles são os que têm seu interesse próprio mais afetado. Os alunos universitários de renda alta já possuem várias vantagens socioeconômicas e educacionais que os colocam numa posição vantajosa na competição

por uma vaga em universidade pública e, assim, o interesse próprio deste grupo é menos afetado pela política do que o interesse próprio de estudantes de renda média.

O segundo fator individual que explica o efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa é o preconceito. A definição de preconceito não é unânime entre pesquisadores. Seguiremos a visão de que preconceito está baseado na intersecção entre os estereótipos de um grupo social e os requisitos de um papel social e que é dependente do contexto social (Eagly e Diekmann, 2005). Essa definição de preconceito está fundamentada no estereótipo dado a um grupo social e seus membros. Como Huddy e Feldman (2009) destacam, conceber preconceito a partir de estereótipo traz uma conceituação relativamente clara e precisa sobre preconceito, em que preconceito não é confundido com outros fatores que influenciam atitudes políticas. Essa definição de preconceito baseada em estereótipo será mensurada a partir de expressões preconceituosas que são consideradas “piadas” ou “meras brincadeiras” para algumas pessoas. Essas piadas ou meras brincadeiras são uma forma de expressão de preconceito que ainda é socialmente aceita em culturas ocidentais (Hodson, Rush e MacInnis, 2010; Crandall, Eshleman e O’Brien, 2002).

Existem vários tipos de preconceito, dependendo do grupo social a quem está sendo direcionado. Por exemplo, o preconceito pode ser direcionado a negros, mulheres, pessoas de classe social mais baixa, gays. O preconceito pode influenciar as atitudes em relação a políticas públicas que visem um grupo específico (Peffley, Hurwitz e Sniderman, 1997). Entretanto, preconceito vai contra a norma social e, assim, as pessoas não querem parecer preconceituosas ou explicitar que suas atitudes políticas são influenciadas pelo preconceito. Dessa forma, pode ser que o preconceito seja um determinante importante das atitudes em relação a políticas de ação afirmativa, mas que perguntas diretas utilizadas para mensurar essas atitudes não consigam captar esse determinante. Isto é, preconceito pode ser um importante fator que explica o porquê das pessoas não revelarem suas verdadeiras opiniões sobre políticas de ação afirmativa. Como cada tipo de política de ação afirmativa visa um grupo específico e, assim, trará um preconceito específico, temos três hipóteses sobre preconceito.

Hipótese 4.1: Em relação às políticas de ação afirmativa para negros e indígenas, os estudantes universitários que têm preconceito em relação aos negros (preconceito racial) serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Hipótese 4.2: Em relação às políticas de ação afirmativa para alunos de baixa renda, os estudantes universitários que têm preconceito em relação ao grupo que tem uma renda baixa (preconceito social) serão os mais suscetíveis

ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Hipótese 4.3: Em relação às políticas de ação afirmativa para alunos de escola pública, os estudantes universitários que têm preconceito em relação às pessoas menos escolarizadas (preconceito educacional) serão os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderão a sobreinformar a importância dessa política.

Logo, pressupomos, para as três cotas, que os estudantes que são mais preconceituosos em relação ao grupo alvo da cota específica serão os mais propensos ao efeito de desejabilidade social. É possível também que nossas hipóteses 4.1, 4.2 e 4.3 não se confirmem. Mesmo que estejamos mensurando preconceito a partir de uma forma de expressão que está menos suscetível à pressão da norma social, "piadas" ou "meras brincadeiras" ainda são uma forma explícita de expressar preconceito. Dessa forma, pode ser que pessoas que expressam preconceito a partir de "piadas" ou "meras brincadeiras" sejam as mesmas que revelam suas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa honestamente. Isto é, essas pessoas seriam menos suscetíveis ao efeito de desejabilidade social ao revelarem suas atitudes explícitas tanto em relação a preconceito como em relação a políticas de ação afirmativa. Se esse cenário oposto for confirmado, não conseguiremos determinar se preconceito é um determinante do efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa, pois a nossa própria maneira de mensurar esse conceito está suscetível a um efeito de desejabilidade social.

Mesmo que haja possibilidade de que as nossas hipóteses sobre preconceito estejam equivocadas, seguiremos a perspectiva de que preconceito deve ser um determinante que explica o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa e que a nossa forma de mensuração deste conceito consegue superar o efeito de desejabilidade social envolvido na expressão do preconceito. Consideramos também que, para cada tipo de política, os indivíduos que possuem maior preconceito em relação ao grupo alvo da política e que têm seu interesse próprio ameaçado serão os mais propensos ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa.

Também presumimos que o contexto social influenciará o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa. Dessa forma, nossa quarta pergunta de pesquisa é: *o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa varia de intensidade dependendo do contexto social?* De acordo com Krumpal (2013), a sensibilidade de uma questão e, conseqüentemente, a sua propensão ao efeito de desejabilidade social dependem do contexto social em que esta questão está inserida. Nesse sentido, acreditamos que em contextos em que existe uma norma social mais forte sobre

a importância de políticas de ação afirmativa, as pessoas devem ser mais propensas ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas opiniões sobre essas políticas. Como nossa amostra é de estudantes universitários, analisaremos a influência do contexto social de duas maneiras. Primeiramente, compararemos as atitudes políticas dos estudantes e o efeito de desejabilidade social entre áreas de conhecimento dos cursos universitários. Em segundo lugar, compararemos as atitudes políticas de estudantes e o efeito de desejabilidade social entre universidades que possuem diferentes históricos de políticas de ação afirmativa.

Sobre diferenças de contexto social das áreas de conhecimento, é importante destacar que áreas de conhecimento possuem valores, crenças e normas predominantes que podem influenciar nas atitudes políticas de alunos universitários (Hastie, 2007; Fischer et al., 2017). Estudos vêm mostrando que há uma tendência de alunos de cursos de ciências sociais e de ciências humanas terem uma orientação sociopolítica mais tolerantes com grupos minoritários e serem mais favoráveis a programas de bem-estar social do que alunos de engenharias (Hastie, 2007). Entretanto, pode ser que essa diferença de atitudes de alunos de diferentes áreas seja em parte resultado do efeito de desejabilidade social. O estudo de Gilens, Sniderman e Kuklinski (1998) mostrou que liberais e democratas possuem atitudes sobre políticas de ação afirmativa bem parecidas com conservadores e republicanos, mas que são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade e, assim, a enviesar suas opiniões (Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998). Consideramos que o contexto dos cursos de ciências humanas traz uma norma social mais forte em relação a importância de políticas de ação afirmativa do que o contexto dos cursos de engenharias, o que por sua vez leva a uma maior propensão ao efeito de desejabilidade social. Logo, nossa quinta hipótese é a seguinte.

Hipótese 5: Os estudantes de ciências humanas serão mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que os estudantes de engenharias e tenderão a sobreinformar a importância de políticas de ação afirmativa.

Apesar de acreditarmos que os estudantes de ciências humanas serão mais propensos ao efeito de desejabilidade social, isso não quer dizer que esses estudantes terão as mesmas atitudes que estudantes de engenharias. A atitude explícita dos estudantes deve ser explicada em parte pela atitude sincera e em parte pelo efeito de desejabilidade social. Dessa forma, esperamos tanto atitudes sinceras como explícitas mais favoráveis às políticas de ação afirmativa, mas também que a diferença entre esses tipos de atitudes, isto é, o viés de desejabilidade social, seja maior para estudantes de ciências humanas do que para estudantes de engenharias.

Sobre diferenças de contexto social das universidades, consideramos que experiências universitárias e contextos institucionais distintos influenciam nas atitudes dos es-

tudantes. Herrera et al. (2013) mostra que estudantes que frequentam instituições cujos membros possuem atitudes mais favoráveis sobre políticas que visam imigrantes tendem a demonstrar também atitudes mais favoráveis em relação a esse grupo. Da mesma forma, acreditamos que universidades que possuem uma norma social mais consolidada sobre a importância de políticas de ação afirmativa irão influenciar as atitudes dos estudantes sobre esta questão e a intensidade do efeito de desejabilidade social.

A consolidação de uma norma social sobre esta questão está relacionada com o histórico de políticas de ação afirmativa da universidade. Antes de Lei de Cotas federal de 2012, as universidades federais não eram obrigadas a adotar políticas de ações afirmativas e as que decidiram adotar puderam escolher seus próprios critérios. Vamos comparar o histórico de duas universidades públicas federais: a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Minas Gerais (UFMG). Ambas universidades são de alto prestígio no Brasil e extremamente concorridas e elitizadas, além de estarem em unidades federativas que possuem características sociodemográficas parecidas. Antes da implementação de qualquer tipo de política de ação afirmativa, tanto a UnB como a UFMG tinham uma sub-representação de negros e estudantes de classe social mais baixa, quando comparado às características sociodemográficas do Distrito Federal e do estado de Minas Gerais, respectivamente (Censo Demográfico, 2000; Censo Demográfico, 2010; Lima Amaral et al., 2012; Observatório da Vida Estudantil da Universidade de Brasília, 2017).

A UNB, como já falado, foi pioneira com uma política de ação afirmativa que visava minorias étnicas e raciais. Essa universidade aprovou as cotas raciais em 2003, a partir de uma decisão autônoma do seu Conselho Acadêmico (Universidade de Brasília, 2013). Das vagas oferecidas pelo vestibular, 20 por cento ficaram destinadas ao sistema de cotas raciais. Isso significa, somando as vagas do vestibular com as do Programa de Avaliação Seriada (PAS), as duas formas de seleção desta universidade, que 15 por cento das vagas dessa universidade por ano eram destinadas a negros. Essa política de ação afirmativa foi resultado de um amplo processo de mobilização de discentes, de docentes e do movimento negro que começou a partir de 1999 e levou a inúmeros debates e seminários sobre a questão racial (Carvalho, 2004; Carvalho, 2005).

Já a UFMG adotou em 2009 a "política de bônus sociorracial", também por uma decisão autônoma da própria universidade. Essa política de ação afirmativa utilizava tanto um critério social como um racial e consistia em dar um um bônus de 10 por cento nos pontos totais obtidos aos inscritos no vestibular que estudaram pelo menos nos últimos sete anos em escola pública e dar um bônus de 15 por cento a inscritos que tanto estudaram em escola pública como se autodeclaravam negros (Lima Amaral et al., 2012). Segundo Lima Amaral et al. (2012), a comunidade acadêmica da universidade não concordou em adotar uma política de reserva de vagas a grupos socialmente excluídos, e por isso essa política de bônus na nota foi escolhida.

A partir da seleção para o primeiro semestre de 2013, ambas universidades começaram a seguir os critérios da Lei de Cotas federal, que possui tanto um critério racial, como um critério de renda e um critério de origem escolar (Brasil, 2012). A UnB, mais uma vez inovando, combinou o modelo de cotas da lei federal com o seu modelo próprio, mantendo uma reserva de 5 por cento das vagas para negros independente da renda ou origem escolar (Universidade de Brasília (2013)).

A lei de cotas federal é uma política de ação afirmativa que consiste em uma reserva de vagas para alguns grupos específicos, seguindo o molde da política de ação afirmativa da UnB, apesar de abranger outros grupos sociais. Já a política de ação afirmativa implementada na UFMG foi mais comedida, pois não havia uma reserva de vagas para os grupos alvos, mas apenas um bônus na nota. Enquanto a UnB implementou uma política de ação afirmativa em 2003, a UFMG implementou somente em 2009. Portanto, o histórico de política de ação afirmativa da UnB é muito mais longo, além de ter envolvido muito mais debates e discussões internas entre o movimento negro, professores e estudantes. Nesse sentido, presumimos que há uma norma social mais rigorosa sobre a importância de políticas de ação afirmativa na UnB do que na UFMG, ainda mais nos moldes da política de cotas, isto é, de reserva de vagas para grupos específicos. Conseqüentemente, esperamos que o contexto social da UnB tenha levado a uma maior propensão ao efeito de desejabilidade social. Logo, nossa sexta hipótese é a seguinte.

Hipótese 6: Os estudantes da UnB serão mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que os estudantes da UFMG e tenderão a sobreinformar a importância de políticas de ação afirmativa.

Assim como na diferenciação de contexto entre áreas de conhecimento, acreditamos que tanto as atitudes dos estudantes da UnB serão mais favoráveis a políticas de ação afirmativa como também o efeito de desejabilidade social terá maior magnitude. Isto é, a atitude explícita desses estudantes tenderá a ser mais favorável a políticas de ação afirmativa, o que será em parte consequência do efeito de desejabilidade social e em parte consequência da atitude sincera desses estudantes. Como a UnB teve um grande debate principalmente em relação a cotas raciais, presumimos que essa tendência será ainda maior para esse tipo de cota.

Portanto, queremos entender se políticas de ação afirmativa trazem um efeito de desejabilidade social nas atitudes em relação a essa questão, se esse efeito varia dependendo do grupo alvo da política de ação afirmativa e analisar se fatores individuais e fatores contextuais influenciam a magnitude desse efeito. Para testarmos todas essas hipóteses, realizamos um experimento de lista em uma amostra de alunos universitários de graduação. A análise dos três tipos de cotas conjuntamente dará maior sustentação para

diferenciar entre os vários determinantes do efeito de deseabilidade social. Na seção a seguir, apresentaremos os dados e o método utilizados.

5 Dados e Métodos

A nossa pesquisa foi conduzida em 2013 e aplicada a uma amostra de alunos de duas universidades públicas federais: a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Minas Gerais (UFMG). Naquele momento, as duas universidades já possuíam uma política de ação afirmativa, mas estavam em processo de mudança para a implementação da Lei de Cotas federal, política de ação afirmativa mais ampla. Entender a opinião de estudantes universitários sobre essa questão naquele momento e se essa opinião está sendo expressa sinceramente é muito relevante.

Para entendermos o efeito de deseabilidade social nas atitudes em relação a políticas de ação afirmativa, utilizamos um experimento de lista. Experimentos permitem uma maior confiança na inferência causal sobre uma causa e o efeito e podem ser facilmente replicados (Druckman et al., 2011). Nessa técnica, os participantes são aleatoriamente designados para diferentes grupos de tratamento, incluindo o grupo controle. A designação aleatória permite que cada participante tenha a mesma chance de estar em qualquer um dos grupos de tratamento e, assim, o pesquisador pode estimar o efeito de tratamento médio a partir da comparação dos resultados dos grupos. Experimentos têm sido implementados principalmente em laboratórios, *surveys* e campo (Druckman et al., 2011).

O experimento de lista (ou técnica de contagem de item) é um tipo de experimento em *survey* que vem sendo usado na mensuração de inúmeros comportamentos e atitudes socialmente sensíveis, como compra de voto (Gonzalez-Ocantos et al., 2012), atitudes em relação à imigração (Janus, 2010), nativismo (Knoll, 2013), voto em eleição com candidata mulher (Streb et al., 2007), voto em eleição com candidato negro (Heerwig e McCabe, 2009; Redlawsk, Tolbert e Franko, 2010), apoio do casamento de pessoas do mesmo sexo (Lax, Phillips e Stollwerk, 2016), preconceito racial e apoio a políticas públicas raciais (Kuklinski et al., 1997; Kuklinski, Cobb e Gilens, 1997).

Kuklinski, Cobb e Gilens (1997) foram pioneiros em utilizar esta técnica na ciência política. Esses pesquisadores demonstram que o experimento de lista consegue obter respostas mais honestas das atitudes dos entrevistados ao aumentar o anonimato do respondente. Nesse estudo, esses autores indicam que atitudes em relação a políticas de ação afirmativa de indivíduos que moram no sul dos Estados Unidos não haviam convergido tanto com as atitudes dos indivíduos que moram em outras regiões desse país. Esse resultado contradizia os resultados que haviam sido obtidos em estudos anteriores que utilizaram perguntas diretas. Na realidade, o que se percebeu é que indivíduos brancos do sul estariam mais relutantes em admitir estas atitudes raciais e, assim, as respostas a

perguntas diretas estariam enviesadas por um efeito de desejabilidade social. Dessa forma, esses pesquisadores concluem que o experimento de lista é uma importante ferramenta para superar o problema de desejabilidade social nas pesquisas sobre atitudes políticas que envolvam auto-relato dos entrevistados.

No modelo mais tradicional, o experimento de lista designa aleatoriamente uma amostra de respondentes para dois grupos: grupo controle e grupo de tratamento. Respondentes de ambos os grupos recebem uma lista de itens e são perguntados o número total de itens que aplicável a eles. Entretanto, a lista apresentada para cada grupo é diferente. No grupo controle, é apresentada ao respondente uma lista com vários itens controles (geralmente 3 ou 4). No grupo de tratamento, é apresentada uma lista que possui os mesmos itens controles mais o item sensível. Logo, a única diferença entre os dois grupos é que o grupo de tratamento foi exposto a um estímulo, que é a adição do item sensível. Uma vez que ocorreu uma designação aleatória, os dois grupos foram equiparados em todos os aspectos possíveis e, assim, nenhum outro fator tende a interferir na relação entre esse estímulo experimental e seu efeito. A diferença das médias de resposta (número de itens escolhidos) entre os dois grupos só pode ser consequência da exposição ao estímulo, ou seja, é a estimação da proporção dos respondentes que concordam com o item sensível (Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998; Glynn, 2013).

Esse método é considerado uma técnica de agregação, pois é pedido apenas que o respondente informe a quantidade de itens que concorda, sem identificar explicitamente quais os itens específicos que concorda (Glynn, 2013; Blair, Imai e Lyall, 2014). A partir deste desenho, o experimento de lista consegue aumentar a privacidade e o anonimato do respondente e, conseqüentemente, mitigar o efeito de desejabilidade social (Blair, Imai e Lyall, 2014).

Algumas mudanças ocorreram nesse modelo mais tradicional de experimento de lista. Uma dessas mudanças é a inclusão da pergunta direta sobre a questão sensível, que pode ser apresentada para um terceiro grupo (e.g. Heerwig e McCabe, 2009), ou para o grupo da lista controle (e.g. Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998). A partir da inclusão da pergunta direta, é possível estimar o efeito de desejabilidade social. A resposta à pergunta direta sobre o item sensível é considerada a atitude explícita do respondente, e já a resposta à pergunta indireta sobre o item sensível (obtida pela comparação do grupo de lista controle e de lista tratada) é considerada a atitude sincera do respondente (Knoll, 2013). A diferença entre a atitude sincera e a atitude explícita em relação à questão sensível vem sendo tradicionalmente interpretada como o viés de desejabilidade social (e.g. Gilens, Sniderman e Kuklinski, 1998; Glynn, 2013; Blair e Imai, 2012). No nosso trabalho, utilizamos a versão com três grupos: o grupo da lista controle, o grupo da lista tratada e o grupo da pergunta direta. Analisando as respostas obtidas para esses três grupos, conseguiremos entender como o efeito de desejabilidade social se manifesta nas opiniões

sobre os vários tipos de políticas de ação afirmativa.

Apesar de o experimento de lista ter várias vantagens, seu modelo tradicional possuía três principais limitações que afetavam o seu potencial. Primeiramente, o modelo do experimento de lista tradicional exigia uma grande amostra para conseguir níveis razoáveis de precisão (Glynn, 2013). Em segundo lugar, o modelo do experimento de lista tradicional não permitia que se avaliasse as premissas comportamentais implícitas a esta técnica (Glynn, 2013; Blair e Imai, 2012). Em terceiro lugar, o modelo do experimento de lista tradicional trazia dificuldades para uma análise multivariada (Glynn, 2013; Blair e Imai, 2012). Como apontam Blair e Imai (2012), o estimador de diferença de médias não permitia que se realizasse uma análise multivariada satisfatória e, assim, que se explorasse a relação entre as características dos entrevistados e a resposta ao item sensível.

Para superar essas limitações, essa técnica recebeu inúmeros aprimoramentos, tanto no desenho do experimento como na análise dos resultados. Glynn (2013) apresenta várias recomendações do desenho do experimento de lista que permitem reduzir o viés dos resultados e a variância. Blair e Imai (2012) desenvolvem vários testes que permitem avaliar se houve violações às duas principais premissas comportamentais implícitas do experimento de lista, que são a premissa de que o desenho não tem efeito e a premissa de que não há mentirosos. A premissa de que o desenho não tem efeito (*no design effect*) significa que a adição do item sensível não altera a soma das respostas afirmativas aos itens controles. A premissa de que não há mentirosos (*no liars*) significa que os respondentes dão a resposta verdadeira ao item sensível.

Inúmeros estimadores alternativos também foram desenvolvidos e mostraram ter maior precisão do que o estimador da diferença das médias (e.g. Corstange, 2008; Glynn, 2013; Imai, 2011; Blair e Imai, 2012). Esses estimadores permitem a análise multivariada, isto é, analisar se a probabilidade de responder afirmativamente ao item sensível varia em função das características dos entrevistados. Neste trabalho, seguiremos o método de Imai (2011) e Blair e Imai (2012).

No nosso caso, o experimento de lista foi inserido em um *survey online*. O *survey online* é um método em que os entrevistados auto-administram o questionário sem a presença do entrevistador, aumentando a privacidade dos respondentes (Krumpal, 2013). Dessa forma, o efeito de desejabilidade social do nosso trabalho tende a ser subestimado quando comparado com estudos que utilizam *surveys* presenciais. O *survey online* com o experimento de lista foi aplicado a alunos da UnB e da UFMG em 2013. Os estudantes foram convidados a responderem ao *survey* por *e-mail* e 12.490 alunos responderam ao questionário, sendo 4.422 alunos da UnB e 8.058 alunos da UFMG. Mesmo que nossa amostra seja de estudantes universitários, isto é, nossa amostra não é representativa da população, o que traz problemas para a validade externa, nosso interesse principal é estimar o efeito de desejabilidade social a partir de um experimento que compara vários

grupos de tratamento designados aleatoriamente, isto é, estamos mais preocupados com a validade interna da pesquisa.

O *survey* possuía várias perguntas, como sobre as características sociodemográficas dos respondentes, sobre o conhecimento em relação à Lei nº 12.711/2012 e sobre a estrutura racial, educacional e social no Brasil. A questão de interesse, ou seja, sobre o apoio² a política de ação afirmativa, era diferente dependendo do grupo. A pesquisa dividiu os respondentes em grupo de pergunta direta, grupo de lista controle e grupo de lista tratada para cada um dos três tipos de cota, resultando num total de nove grupos.

Os três grupos de lista controle (um para cada cota) receberam a mesma lista, com quatro itens controle, apenas se diferenciando em outras perguntas presentes no *survey* sobre considerações e justificativas em relação ao tipo de cota específico. A seguir, apresenta-se a pergunta da lista (tanto controle como tratada) e os itens da lista controle:

Os três grupos controles (um para cada cota) receberam a seguinte pergunta e lista controle:

Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda.

(1) *Todas as universidades deveriam adotar o ENEM*

(2) *O aumento de número de vagas facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados*

(3) *As universidades deveriam adotar um sistema livre de ingresso sem prova*

(4) *O vestibular não é uma boa prova para selecionar os melhores alunos*

Os grupos de lista tratada receberam a mesma pergunta e a lista também possuía todos os itens controle, com a adição de um item sensível, que dependia do tipo de cota. Logo, nos três grupos de lista tratada (um para cada tipo de cota), cinco itens no total foram apresentados. A seguir, apresenta-se o item sensível da lista tratada para cada cota.

Item sensível sobre política de cotas raciais:

(5) *A política de reserva de vagas para negros e indígenas (política de cotas raciais) é uma política importante*

Item sensível sobre política de cotas sociais:

² O *survey* perguntava sobre a importância da política de ação afirmativa, e não o apoio do entrevistado a essa política. Apesar desta nomenclatura não ser ideal por trazer certa ambiguidade, ela foi utilizada para manter um paralelismo com os itens controles e, assim, para evitar que o entrevistado descobrisse qual era o item sensível. Ambas terminologias são usadas ao decorrer do texto.

(5) A política de reserva de vagas para alunos de baixa renda (política de cotas sociais) é uma política importante

Item sensível sobre política de cotas para escolas públicas:

(5) A política de reserva de vagas para alunos de escola pública (políticas de cotas para escolas públicas) é uma política importante

Portanto, listas foram apresentadas para seis dos nove grupos da pesquisa. As frases de todas as listas, tanto de listas controles como de listas tratadas, foram apresentadas de forma aleatória, para que a posição da frase não interferisse na resposta. A nossa lista seguiu várias recomendações de desenho apresentadas por Glynn (2013) para que os entrevistados respondessem à lista honestamente e para que o estimador não fosse enviesado. Todos os itens da lista tratam de um mesmo assunto, as formas de ingresso nas universidades, o que evita que os participantes descubram o objetivo da pesquisa. A lista também foi desenhada de forma a evitar o *ceiling effect* (todos os itens controles se aplicam ao respondente) e o *floor effect* (nenhum dos itens controles se aplica ao respondente), pois isso prejudicaria a privacidade dos entrevistados e, conseqüentemente, poderia levar a um viés na resposta (Glynn, 2013; Kuklinski, Cobb e Gilens, 1997). Utilizamos a correlação negativa entre itens da lista controle, recomendada por Glynn (2013), que permite reduzir tanto a variância como o viés de resultados. Especificamente, os itens (1) e (3) estão correlacionados negativamente. É pouco provável que o mesmo entrevistado ache que todas as universidades devem adotar o ENEM, uma prova nacional que serve como seleção para várias universidades, ao mesmo tempo que ache que as universidades devem adotar um sistema livre de ingresso sem prova.

Os outros três grupos receberam a pergunta direta para cada cota específica. Os respondentes deveriam apenas responder "sim" ou "não" à pergunta. A seguir, apresentam-se as perguntas diretas para cada tipo de cota.

Pergunta direta sobre política de cotas raciais:

Você acredita que a política de reserva de vagas para negros e indígenas como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (políticas de cotas raciais) é uma política importante?

Pergunta direta sobre política de cotas sociais:

Você acredita que a política de reserva de vagas para alunos de baixa renda como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (políticas de cotas sociais) é uma política importante?

Pergunta direta sobre política de cotas para escolas públicas:

Você acredita que a política de reserva de vagas para alunos de escola pública como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (políticas de cotas para escolas públicas) é uma política importante?

A partir da comparação da resposta sobre a importância da política de ação afirmativa na pergunta direta e na pergunta indireta, calcula-se o efeito de desejabilidade social para cada cota. Utilizaremos o pacote *list*, desenvolvido por Blair e Imai (2012), no *software* de análise estatística *R*. Esse pacote permite realizar uma análise multivariada para saber quais são os preditores do efeito de desejabilidade social.

A influência do interesse próprio será mensurada a partir da comparação do efeito de desejabilidade social nas opiniões do grupo favorecido e do grupo desfavorecido. Os respondentes tiveram que responder perguntas sobre suas características sociodemográficas, como raça, a renda e o tipo de instituição em que estudou no ensino médio. A partir da análise dessas respostas, conseguiremos fazer o delineamento dos grupos sociais e comparar o efeito de desejabilidade social entre os grupos.

Para mensurar preconceito no nosso trabalho, utilizaremos perguntas em que os entrevistados foram solicitados a indicar se frases e expressões apresentadas eram "meras brincadeiras" ou representavam preconceitos. Cada preconceito foi representado por uma expressão. Os alunos que indicavam que a expressão era mera brincadeira foram considerados os mais preconceituosos. Essa forma de mensuração segue o entendimento que o preconceito está baseado no estereótipo dado a um grupo e seus membros. Mensurar preconceito dessa forma permite que se diferencie esse fator de outros determinantes de atitudes políticas e que se minimize as pressões socialmente normativas no respondente ao revelar o preconceito (Huddy e Feldman, 2009; Hodson, Rush e MacInnis, 2010; Crandall, Eshleman e O'brien, 2002). Assim, ao utilizar esta mensuração de preconceito, conseguimos maior confiança na análise da relação entre preconceito e o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa.

Para mensurar a influência do contexto social das áreas de conhecimento, compararemos o efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa de estudantes universitários que estão matriculados em cursos universitários de diferentes áreas de conhecimento. Já para mensurar a influência do contexto social das universidades, compararemos o efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa de estudantes universitários que estão matriculados na Unb e na UFMG.

Além disso, analisaremos outras características sociodemográficas, como raça, renda, tipo de escola do ensino médio e gênero, que podem estar relacionadas com a propensão a

um efeito de desejabilidade social. A operacionalização das variáveis e o modelo estatístico utilizado permitirão que consigamos compreender como o efeito de desejabilidade social se manifesta nas atitudes em relação a políticas de ação afirmativa no Brasil e distinguir os vários fatores determinantes desse efeito. A forma como as políticas de ação afirmativa foram projetadas no contexto brasileiro fornece um ótimo exemplo para distinguir com clareza esses determinantes, ou seja, quais fatores levam as pessoas a não revelarem suas opiniões sinceras com a finalidade de seguirem as normas sociais. Na próxima seção, apresentaremos os resultados.

6 Resultados

Antes de apresentarmos nossos resultados, precisamos avaliar nosso desenho experimental. O experimento de lista está baseado na premissa de que o desenho não tem efeito (*no design effect*), isto é, que a inclusão do item sensível não altera a soma das respostas afirmativas aos itens controles. Blair e Imai (2012) desenvolveram um teste que permite avaliar se houve violação desta premissa. Neste caso, desejamos falhar em rejeitar a hipótese nula de não efeito de desenho e, assim, nosso *p-value* com correção de Bonferroni deve estar acima do limite definido, que é o valor de *alpha* dividido por 2 (0,025) e não devem haver valores negativos para as proporções estimadas da população. O *alpha* para as três listas das três cotas é 1. Dessa forma, não há evidências do efeito de desenho e as três listas são boas. Também estimamos as proporções populacionais de cada grupo (grupo controle e grupo tratado) para cada valor de *y* (número de itens escolhidos) para cada tipo de cota. Essas estimações resultantes deste teste encontram-se na tabela 1 do apêndice A. Não há nenhuma proporção negativa, o que traz maior confiança em relação à premissa de que não há efeito de desenho.

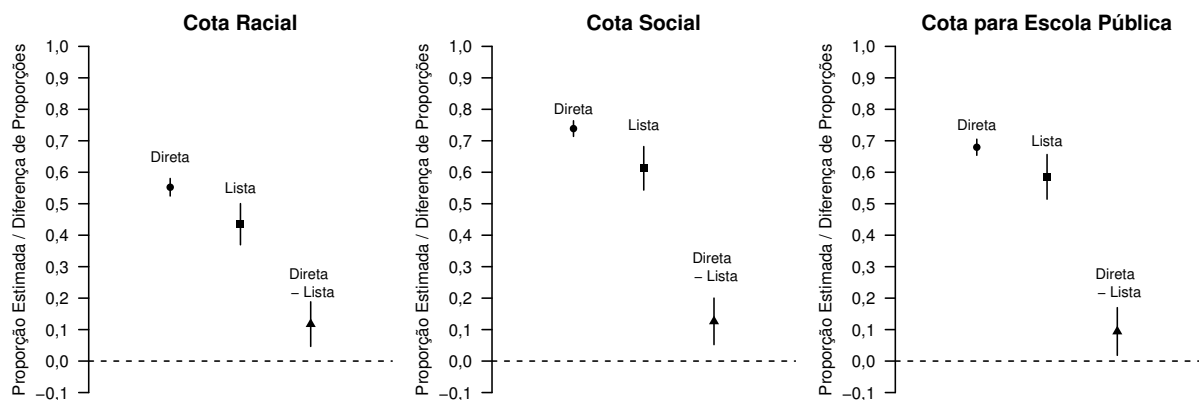
Nas próximas subseções, serão apresentados os resultados. Primeiramente, analisaremos se há um efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre os três tipos de políticas de ação afirmativa e se o tamanho deste efeito varia a depender do tipo de cota. Após, analisaremos fatores individuais que podem explicar o efeito de desejabilidade social. Finalmente, analisaremos fatores contextuais que podem explicar esse efeito.

6.1 O tamanho do efeito de Desejabilidade Social: Comparando os Tipos de Cotas

Primeiramente, precisamos saber se há um efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa para os três tipos de cotas. Como os estudantes da UnB e UFMG possuem características sociodemográficas parecidas e não foram encontradas diferenças significativas nas opiniões a nível agregado, os dados dessas duas universidades foram analisados conjuntamente nesta primeira parte.

A figura 1 mostra graficamente a estimativa do viés de desejabilidade social para os três tipos de cotas. Como já falado, o viés de desejabilidade social é entendido como a diferença entre a resposta à pergunta direta e a resposta à pergunta indireta (mensurada a partir do experimento de lista). Cada gráfico possui a estimativa da proporção de pessoas que apoiam políticas de ação afirmativa quando perguntadas diretamente, a estimativa da proporção de pessoas que apoiam quando perguntadas indiretamente (ou seja, pelo experimento de lista) e a estimativa da diferença entre essas duas proporções, isto é, a estimativa do viés de desejabilidade social. Essas estimativas foram geradas a partir de análises multivariadas. As barras ao redor da estimativa representam o intervalo de confiança de 95% gerados a partir de simulações de Monte Carlo. Como podemos ver, a diferença entre a estimativa da resposta à pergunta direta (opinião explícita) e a estimativa da resposta ao experimento de lista (opinião sincera) é positiva e significativa para todas as cotas. Isto é, as pessoas tendem a sobreinformar a importância de políticas de ação afirmativa em geral. Assim, há um efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre todos os tipos de políticas de ação afirmativa e nossa hipótese 1 está confirmada.

Figura 1 – Efeito de Desejabilidade social para os três tipos de Cotas



Também queremos saber se esse efeito varia dependendo do grupo alvo da cota. A política de ação afirmativa que mostrou ter um maior tamanho do viés de desejabilidade social é a cota social, com 12,6 pontos percentuais de diferença entre a estimativa da pergunta direta e a estimativa da lista. Em segundo lugar, ficou a cota racial, que teve uma estimativa do viés de desejabilidade social de 11,8 pontos percentuais. Em último lugar, tivemos a cota escola pública, que teve uma estimativa de viés de desejabilidade social de 9,4 pontos percentuais.

Olhando apenas para as estimativas do viés de desejabilidade social, não encontramos evidências empíricas que confirmem a nossa hipótese 2. A cota social é a que tem o maior tamanho de viés de desejabilidade social, seguida pela cota racial e, por último, pela cota para escola pública. Pressupomos que as opiniões explícitas sobre cota racial

seriam as mais propensas a um efeito de desejabilidade social e os resultados mostram que na verdade são as opiniões explícitas sobre cota social que são as mais propensas a esse efeito.

Analisando as estimativas da pergunta direta e do experimento de lista, vemos que a cota racial é a cota que possui um menor apoio, tanto se mensurado a partir do experimento de lista (43,5%) como a partir da pergunta direta (55,2%). Mesmo assim, vemos que, da pergunta direta para o experimento de lista, a proporção de respondentes que são favoráveis à cota racial vão de uma maioria para uma minoria, o que demonstra como perguntas diretas sobre questões sensíveis podem levar a problemas em pesquisas e trazer resultados enviesados. Já a cota para escola pública e a cota social possuem um apoio semelhante quando mensurado a partir do experimento de lista (58,6% e 61,3%, respectivamente), apesar de ter uma diferença um pouco maior quando o apoio é mensurado pela pergunta direta (67,9% e 73,9%, respectivamente).

Assim, encontramos evidências para a nossa hipótese, 1 mas não encontramos evidências para a nossa hipótese 2, já que a cota racial não é a que tem o maior tamanho do viés de desejabilidade social. Após examinarmos o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa a nível agregado, queremos saber quais fatores individuais e contextuais explicam esse efeito. As duas próximas subseções tratarão sobre essas explicações.

6.2 Determinantes Individuais: Modelos Multivariados

Nesta subseção, estudaremos os fatores individuais que explicam o efeito de desejabilidade social, e também as próprias opiniões explícitas e sinceras sobre políticas de ação afirmativa. Analisaremos, novamente, os dados da UnB e da UFMG juntos³, pois não encontramos diferenças expressivas a nível de determinantes individuais entre os respondentes dessas duas universidades. Apesar de nossas hipóteses sobre fatores individuais envolverem as mesmas questões independente do tipo de cota, apresentaremos primeiramente os resultados para cada cota separadamente, com o intuito de facilitar a compreensão. Foram desenvolvidos modelos multivariados para cada cota, que foram usados para a mensuração das estimativas mostradas no gráfico 1, da subseção anterior. De acordo com esses modelos, foram realizadas análises por variáveis de interesse. Basicamente, queremos saber quais características dos entrevistados estão relacionadas às opiniões explícitas, às opiniões sinceras e às diferenças entre essas duas opiniões (isto é, ao efeito de desejabilidade social). Os dois fatores individuais principais que destacamos como explicações para o efeito de desejabilidade social são o interesse próprio e o preconceito.

³ Não controlamos nossa análise por tempo de resposta pois nossos dados sobre esta variável são incompletos. Ademais, as tendências dos resultados se mantêm mesmo excluindo os respondentes que demoraram muito tempo para responder à pesquisa.

Em relação à cota racial, desenvolvemos modelos multivariados utilizando cinco variáveis principais. A primeira variável é a cor ou raça do aluno⁴, variável dicotômica em que assume o valor 1 (branca) caso o respondente tenha se autodeclarado como branco pela classificação do IBGE⁵ e assume o valor 0 caso o respondente tenha se autodeclarado como pardo ou preto. A segunda variável é renda e foi operacionalizada como uma variável dicotômica que assume o valor 1 (renda baixa) caso o respondente tenha respondido que a sua renda domiciliar mensal é de até R\$4.000 (corte de renda aproximado para a cota social), e 0 caso a renda seja maior que esse valor. A terceira variável é escola pública, variável dicotômica que assume o valor 1 caso o respondente tenha cursado todo o ensino médio numa instituição pública (critério para ser elegível à cota para escola pública) e 0 caso o respondente não tenha cursado todo o ensino médio em escola pública. A quarta variável é gênero, variável dicotômica que assume o valor 1 (mulher) caso o respondente seja do gênero feminino, e assume o valor 0 caso o respondente seja do gênero masculino. A quinta variável é preconceito racial, variável dicotômica que assume valor 1 para respondentes mais preconceituosos e valor 0 para respondentes menos preconceituosos e que foi mensurada a partir de uma pergunta em que os entrevistados foram solicitados a indicar se uma expressão preconceituosa relacionada à raça representava uma “mera brincadeira” ou um preconceito. Os alunos que indicaram que a expressão era mera brincadeira foram considerados os mais preconceituosos.

Os resultados desses modelos multivariados para cota racial estão na tabela 2 do apêndice B. O modelo multivariado para a pergunta direta foi gerado a partir de uma regressão logística binária. O modelo multivariado para o experimento de lista foi gerado a partir de uma metodologia de regressão desenvolvida por Blair e Imai (2012) usando o estimador de máxima verossimilhança (*maximum likelihood estimator*). As estimativas geradas por esses modelos são difíceis de interpretar e, por isso, fizemos análises gráficas para todas as variáveis de interesse a partir destes modelos multivariados. Para cada valor da variável de interesse, estimamos a proporção de apoio pela pergunta direta, a proporção de apoio pelo experimento de lista e a diferença entre essas proporções, isto é, o efeito de desajustabilidade social. A figura 2 apresenta gráficos com os resultados da análise de regressão de cota racial para variáveis de interesse.

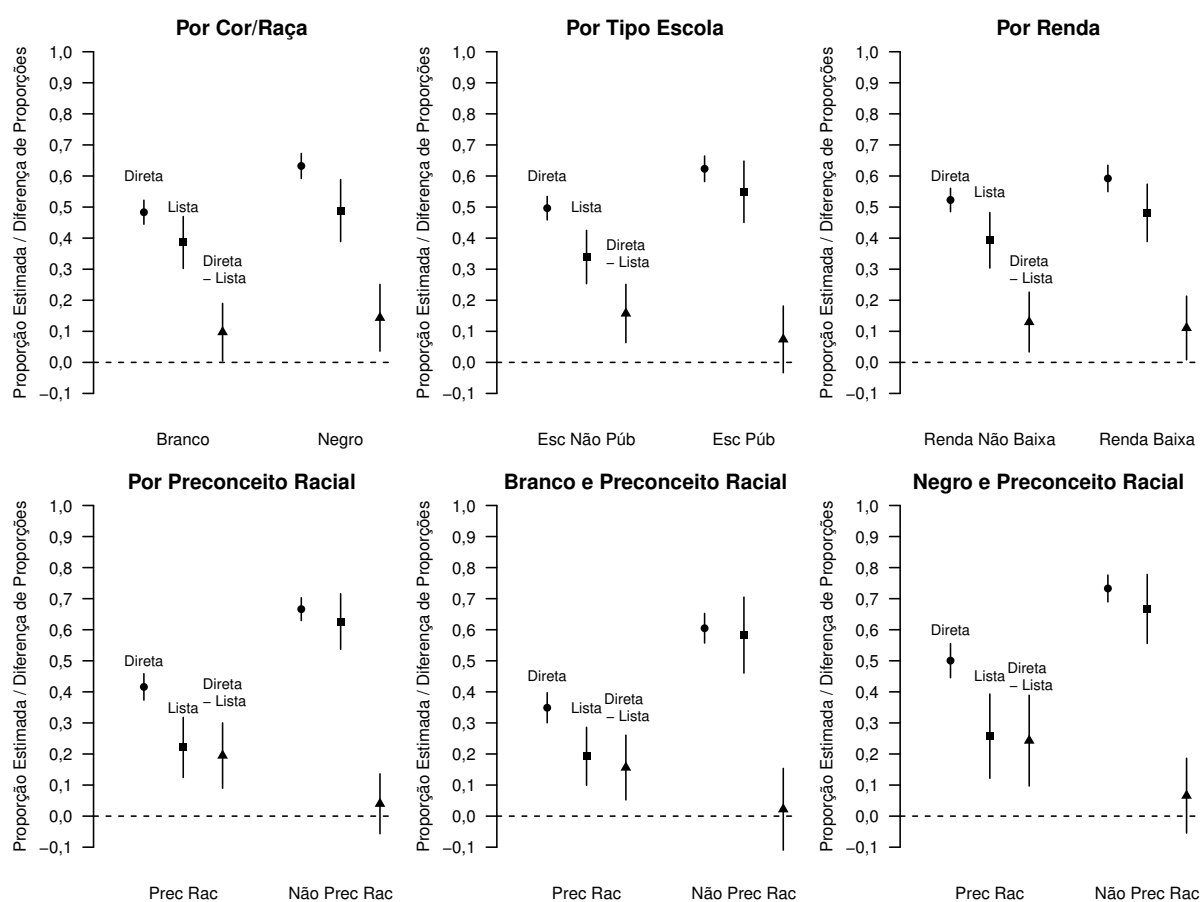
O primeiro gráfico da figura 2 apresenta os resultados por autodeclaração de cor/raça, dividindo os respondentes em brancos e negros (pardos e pretos). Os respondentes que se autodeclararam brancos têm opiniões menos favoráveis sobre a cota racial do que respondentes que se autodeclararam negros tanto quando as opiniões são mensuradas a partir da pergunta direta (48,3% versus 63,2%, respectivamente) como quando as opiniões são mensuradas a partir do experimento de lista (38,6% versus 48,9%). O tamanho do viés

⁴ Os estudantes que se autodeclararam indígena ou amarelo foram excluídos da análise.

⁵ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

de desejabilidade social (diferença entre pergunta direta e lista) é menor para respondentes autodeclarados brancos do que para respondentes autodeclarados negros (9,7 versus 14,4 pontos percentuais, respectivamente), contrariando nossa hipótese 3.1. Entretanto, a diferença entre as estimativas do viés de desejabilidade social desses dois grupos não é estatisticamente significativa⁶. Dessa forma, nossa hipótese 3.1 não é confirmada. O interesse próprio parece ser um determinante tanto das opiniões explícitas como das opiniões sinceras dos respondentes, mas não do efeito de desejabilidade social. Tanto respondentes autodeclarados brancos como respondentes autodeclarados negros sobreinformam o apoio a esse tipo de cota.

Figura 2 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota Racial



O segundo gráfico da figura 2 apresenta a análise por tipo de escola que os respondentes estudaram no ensino médio. Os resultados mostram que respondentes que estudaram em escola não pública⁷ no ensino médio (*Esc Não Púb*) possuem opiniões menos favoráveis em relação à cota racial do que respondentes que estudaram em escola pública (*Esc Púb*) tanto quando as opiniões são mensuradas a partir da pergunta direta (49,6%

⁶ O intervalo de confiança que estamos seguindo é sempre de 95%.

⁷ Escola Não Pública inclui respondentes que cursaram o ensino médio em instituição particular, em instituição pública e particular ou no exterior.

versus 62,3%, respectivamente) como quando as opiniões são mensuradas a partir do experimento de lista (33,9% versus 54,9%, respectivamente). Além disso, o tamanho do viés de desejabilidade social é maior para respondentes que estudaram em escola não pública do que respondentes que estudaram em escola pública (15,7 versus 7,5 pontos percentuais, respectivamente), apesar da diferença entre essas estimativas não ser estatisticamente significativa. Esse resultado corrobora a nossa suposição de que interesse próprio explica o efeito de desejabilidade social, já que o critério racial está dentro do critério de escola pública. Em outras palavras, mesmo que o estudante seja negro, se ele não estudou todo o ensino médio em escola pública então ele não é elegível à cota racial.

O terceiro gráfico da figura 2 apresenta a análise por renda, dividindo os respondentes em renda baixa e renda não baixa⁸. Os respondentes de renda baixa possuem tanto opinião explícita como opinião sincera mais favorável à cota racial do que respondentes de renda não baixa. O tamanho do viés de desejabilidade social para respondentes de renda não baixa é levemente maior do que para respondentes de renda baixa (13,0 versus 11,1 pontos percentuais, respectivamente), apesar da diferença entre essas estimativas não ser estatisticamente significativa.

O quarto gráfico da figura 2 apresenta a análise por preconceito racial, dividindo os respondentes em preconceituosos (*Prec Rac*) e não preconceituosos (*Não Prec Rac*). Esse é o fator individual que mostrou ser mais determinante das opiniões explícitas e sinceras sobre cota racial, além de ser um fator que explica o efeito de desejabilidade social. Os respondentes mais preconceituosos tiveram tanto opiniões explícitas (41,6% versus 66,6% para respondentes menos preconceituosos) como opiniões sinceras (22,1% versus 62,6% para respondentes menos preconceituosos) menos favoráveis à cota racial. Mas o resultado mais impressionante é em relação ao tamanho do viés de desejabilidade social. Enquanto o viés de desejabilidade social é de 4,0 pontos percentuais para os menos preconceituosos (e essa estimativa não é estatisticamente significativa), o viés de desejabilidade social dos mais preconceituosos é de 19,5 pontos percentuais. A diferença entre essas duas estimativas de efeito de desejabilidade social é estatisticamente significativa. Logo, preconceito racial é um fator determinante tanto da opinião explícita e da opinião sincera como do efeito de desejabilidade social para cota racial e a nossa hipótese 4.1 é confirmada.

Os últimos dois gráficos exploram a análise por autodeclaração de cor/raça um pouco mais a fundo, examinando os resultados tanto por autodeclaração de cor/raça como por preconceito racial. Esses gráficos apontam que o tamanho do viés de desejabilidade social é maior para os mais preconceituosos do que para os menos preconceituosos, independente se o respondente se autodeclara branco (15,6 versus 2,2 pontos percentuais, respectivamente) ou negro (24,3 versus 6,6 pontos percentuais, respectivamente). Ainda assim, como esperado, estudantes autodeclarados brancos que são mais preconceituosos

⁸ Renda não baixa inclui respondentes que possuem renda domiciliar mensal maior que R\$4.000.

têm tanto opinião explícita como opinião sincera menos favorável sobre cota racial, assim como estudantes autodeclarados negros que são menos preconceituosos têm tanto opinião explícita como opinião sincera mais favorável sobre cota racial.

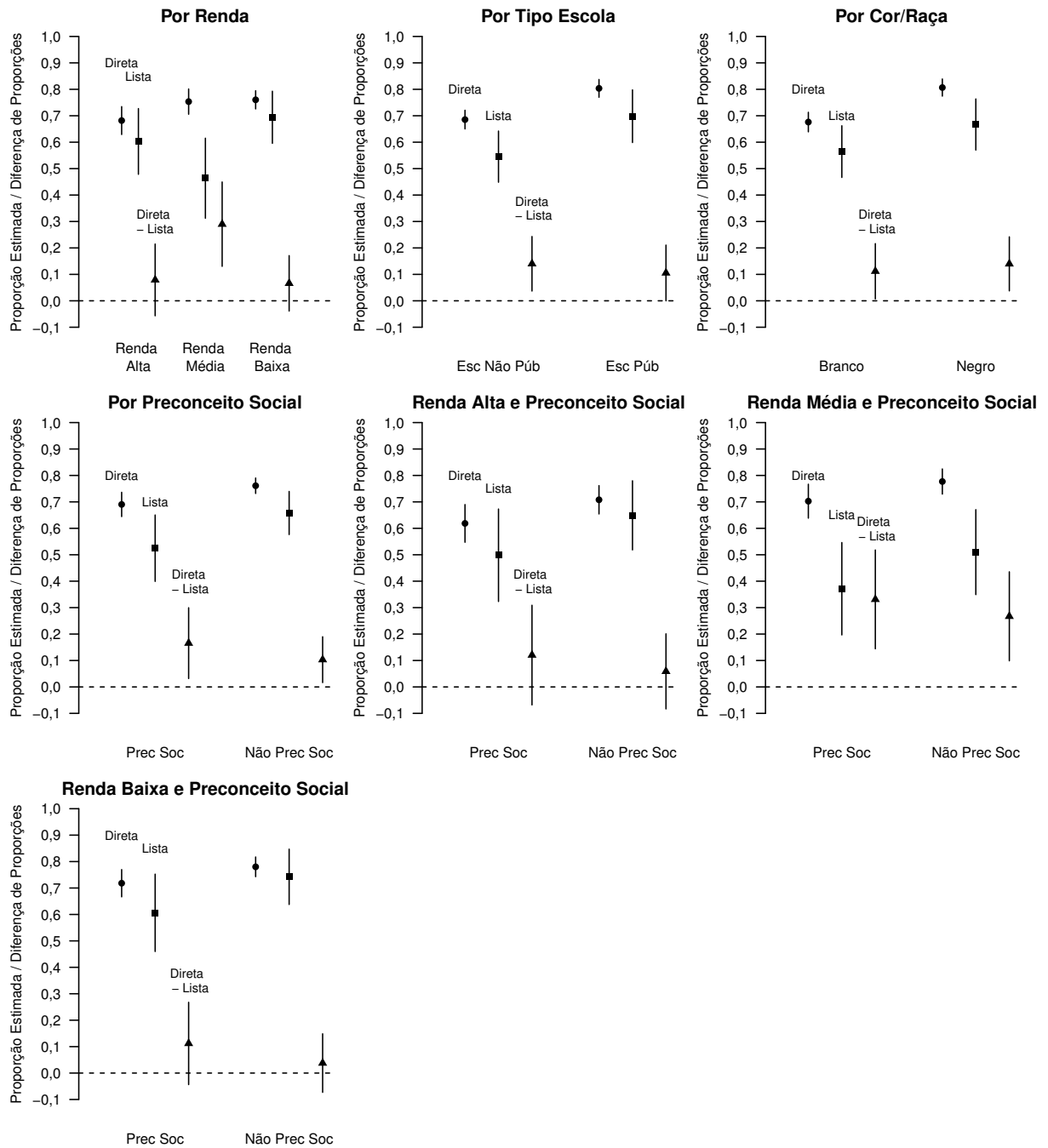
Em relação à cota social, modelos multivariados também foram desenvolvidos tanto para a pergunta direta como para o experimento de lista. Utilizamos também cinco variáveis principais. Cor ou raça do aluno, escola pública e gênero foram operacionalizados da mesma forma que os modelos multivariados para cota racial. Entretanto, renda e preconceito foram operacionalizadas de forma diferente. Aqui, renda foi operacionalizada em três categorias: renda baixa, renda média e renda alta. A renda baixa continuou sendo renda domiciliar mensal até R\$4.000, que é o corte de renda aproximado para a cota social. Já a renda que não é baixa, isto é, a renda que não é elegível à cota social, foi dividida em dois subgrupos renda média e renda alta, seguindo a mediana da distribuição deste grupo. Preconceito social seguiu a mesma forma de operacionalização de preconceito racial, mudando apenas a expressão preconceituosa que foi analisada, já que o alvo do preconceito é outro.

Os resultados desses modelos multivariados para cota social também estão no apêndice B, na tabela 3. Novamente, uma vez que as estimativas geradas são difíceis de interpretação, fizemos análises gráficas para todas as variáveis de interesse a partir destes modelos multivariados. Na figura 3, são apresentados os gráficos com os resultados da análise da cota social por variáveis de interesse. As variáveis escolhidas para a análise foram cor/raça do respondente, tipo de escola do ensino médio, renda e preconceito social.

O primeiro gráfico da figura 3 mostra a análise multivariada por renda. Os respondentes de renda média são os que apresentam o maior tamanho de viés de desejabilidade social (29,0 pontos percentuais), bem maior do que o tamanho do viés de desejabilidade social dos respondentes de renda baixa (6,6 pontos percentuais) e dos respondentes de renda alta (7,7 pontos percentuais). A diferença entre as estimativas do efeito de desejabilidade social de estudantes de renda média e estudantes de renda baixa é estatisticamente significativa, assim como a diferença entre as estimativas do efeito de desejabilidade social de estudantes de renda média e estudantes de renda alta. A proporção estimada de respondentes de renda média favoráveis à cota social pela pergunta direta é de 75,3%, nível parecido de apoio com os respondentes de renda baixa (76,0%), e já a proporção estimada de respondentes de renda média favoráveis à cota social pelo experimento de lista é de apenas 46,3%, nível bem inferior tanto a proporção de renda baixa (69,5%) como de renda alta (60,4%).

Dessa forma, interesse próprio explica o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota social. Como esperado, respondentes de renda média são os que tem seu interesse mais prejudicado e, assim, são os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Já os respondentes de renda alta possuem um nível de efeito de desejabilidade social um

Figura 3 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota Social



pouco maior do que respondentes de renda baixa, apesar da diferença das estimativas do efeito de desajustabilidade social entre esses dois grupos não ser estatisticamente significativa. Logo, encontramos evidências da nossa hipótese 3.2, principalmente para estudantes de renda média.

O segundo gráfico da figura 3 mostra a análise por tipo de escola do ensino médio. A estimativa do tamanho do viés de desajustabilidade social para respondentes de escola não pública (14,1 pontos percentuais) é maior do que para respondentes de escola pública

(10,5 pontos percentuais), apesar da diferença entre essas duas estimativas não ser estatisticamente significativa. O terceiro gráfico mostra a análise por cor ou raça do respondente. Estudantes autodeclarados negros têm tanto opiniões explícitas (pergunta direta) como opiniões sinceras mais favoráveis à cota social do que estudantes autodeclarados brancos, mas o viés de desejabilidade para esses dois grupos é praticamente do mesmo tamanho (13,9 versus 11,1 pontos percentuais, respectivamente). Já em relação ao preconceito social, representado no quarto gráfico, o viés de desejabilidade social para os preconceituosos (*Prec Soc*) é de 16,6 pontos percentuais, maior do que para os não preconceituosos (*Não Prec Soc*), que é de 10,3 pontos percentuais. Logo, encontramos evidências da nossa hipótese 4.2, apesar da diferença dessas estimativas não ser estatisticamente significativa.

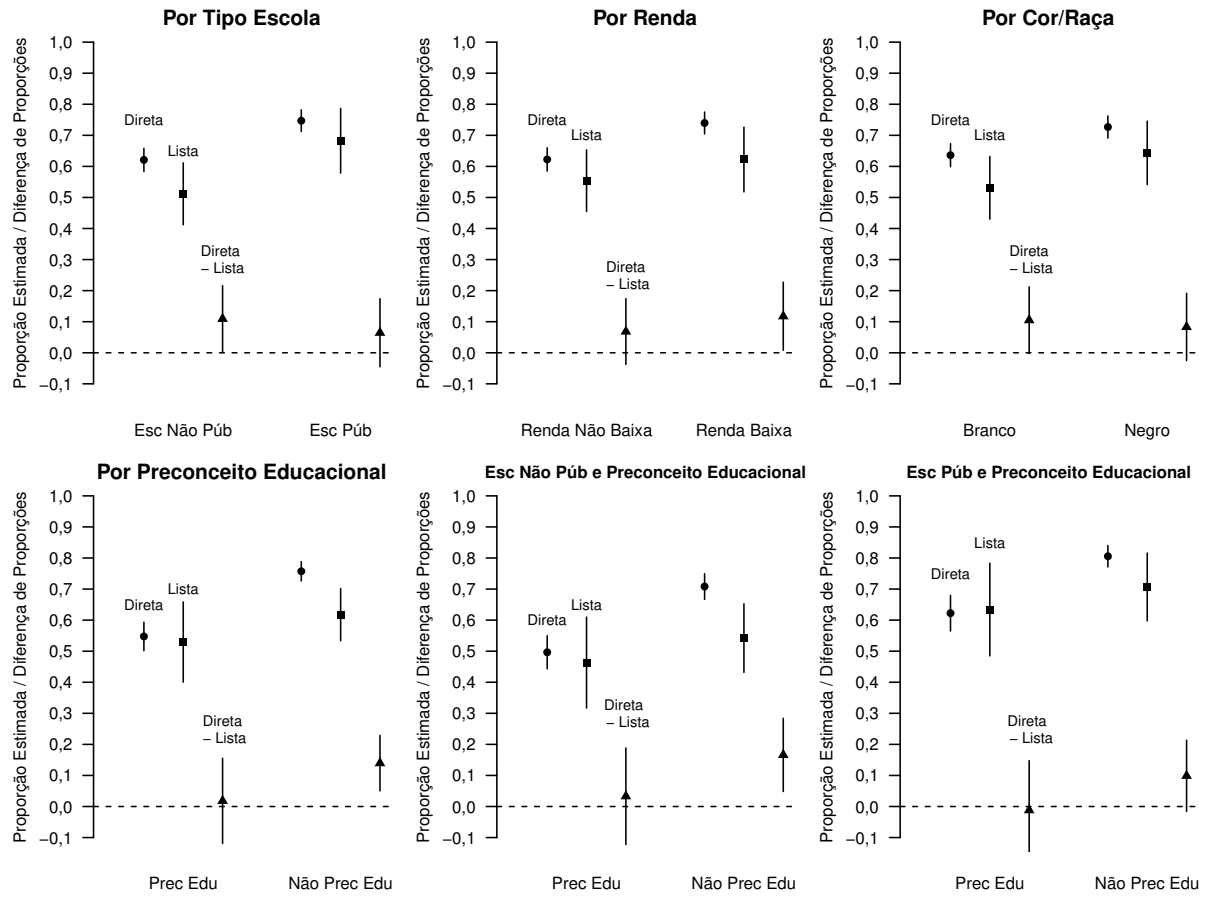
Os últimos três gráficos exploram a análise por renda um pouco mais a fundo, examinando os resultados tanto por renda como por preconceito social. Os respondentes de renda média preconceituosos são os que apresentam o maior tamanho do viés de desejabilidade social (33,3 pontos percentuais) e já os respondentes de renda baixa não preconceituosos são os que apresentam o menor tamanho do viés de desejabilidade social (3,7 pontos percentuais, estimativa estatisticamente não significativa). Como havíamos suposto, respondentes mais preconceituosos em relação ao grupo alvo e que têm seu interesse mais ameaçado são os mais propensos ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas opiniões explícitas sobre cota social.

Em relação à cota para escola pública, modelos multivariados também foram desenvolvidos para a pergunta direta e o experimento de lista. Cor ou raça do aluno, escola pública, gênero e renda foram operacionalizados da mesma forma que para cota racial. Preconceito educacional seguiu a mesma forma de operacionalização dos outros preconceitos, mudando apenas a expressão preconceituosa que foi analisada, já que o alvo do preconceito foi diferente. Os resultados desses modelos estão novamente no apêndice B, na tabela 4. Assim como para as outras cotas, fizemos análises gráficas para todas as variáveis de interesses a partir destes modelos multivariados. A figura 4 mostra graficamente os resultados da análise da cota para escola pública por variáveis independentes de interesse.

O primeiro gráfico da figura 4 mostra a análise do efeito de desejabilidade social por tipo de escola. A estimativa do viés de desejabilidade social para respondentes oriundos de escola não pública (11,0 pontos percentuais) é maior do que para estudantes oriundos de escola pública (6,3 pontos percentuais), apesar da diferença entre essas duas estimativas não ser estatisticamente significativa. Assim, olhando apenas as estimativas do efeito de desejabilidade social, encontramos indícios da nossa hipótese 3.3. O segundo gráfico da figura 4 mostra a análise por renda. O tamanho do viés de desejabilidade social é maior para os respondentes de renda baixa do que para os respondentes de renda não baixa (11,8 versus 6,9 pontos percentuais, respectivamente), mas a diferença entre essas duas

estimativas não é estatisticamente significativa.

Figura 4 – Análise Multivariada por Variáveis de Interesse: Cota para Escola Pública



No terceiro gráfico da figura 4, é mostrado que o tamanho do viés de desejabilidade social é praticamente o mesmo independente da cor ou raça do respondente (10,5 pontos percentuais para brancos, 8,3 pontos percentuais para negros). Finalmente, o quarto gráfico da figura 4, da análise por preconceito educacional, mostra um resultado inesperado. A estimativa do viés de desejabilidade social para os respondentes menos preconceituosos (*Não Prec Edu*) é de 14,0 pontos percentuais e para os respondentes mais preconceituosos (*Prec Edu*) é de apenas 1,6 pontos percentuais. Ou seja, os respondentes menos preconceituosos são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que os respondentes mais preconceituosos, o que contraria a nossa hipótese 4.3. Parece que as pessoas que expressam o preconceito educacional explicitamente são as mesmas que revelam suas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa honestamente.

Os últimos dois gráficos exploram a análise por tipo de escola do ensino médio um pouco mais a fundo, examinando os resultados tanto por tipo de escola como por preconceito educacional. Tipo de escola do ensino médio e preconceito educacional explicam conjuntamente as opiniões sobre cota para escola pública. Tanto a opinião explícita como a opinião sincera de respondentes de escola não pública preconceituosos são as menos favoráveis à cota para escola pública. E tanto a opinião explícita como a opinião sincera de respondentes de escola pública não preconceituosos são as mais favoráveis a essa cota. Em relação ao tamanho do viés de desejabilidade social, os gráficos apontam que o tamanho do viés de desejabilidade social é maior para os menos preconceituosos do que para os mais preconceituosos não importando se o respondente estudou em escola não pública (16,5 versus 3,2 pontos percentuais, respectivamente) ou em escola pública (9,8 versus -1,1 pontos percentuais, respectivamente), resultado que vai contra o esperado.

Portanto, encontramos evidências parciais sobre os dois fatores individuais que pressupomos que eram determinantes do efeito de desejabilidade social. Em relação ao interesse próprio, não encontramos evidências da importância desse fator para o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota racial (hipótese 3.1), mas encontramos evidências nas opiniões sobre cota social (hipótese 3.2) e sobre cota para escola pública (hipótese 3.3). O resultado mais relevante foi em relação à cota social, em que respondentes de renda média estiveram suscetíveis a um viés de desejabilidade social de nível bem maior do que os outros grupos e, assim, o interesse próprio é uma explicação para o efeito de desejabilidade social.

Em relação ao preconceito, encontramos evidências fortes e estatisticamente significativas da influência do preconceito racial sobre o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota racial (hipótese 4.1), e também achamos indícios da influência do preconceito social sobre o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota social (hipótese 4.2). Isto é, respondentes mais preconceituosos em relação ao grupo alvo destas duas políticas tendem a sobreinformar em maior nível a importância da política específica.

Entretanto, os resultados da influência do preconceito educacional sobre o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota para escola pública contradizem nossa suposição (hipótese 4.3). Para a cota educacional, são os respondentes menos preconceituosos que tendem a sobreinformar em maior nível a importância desta política.

6.3 Determinantes Contextuais

Por último, queremos saber se o tamanho do viés de desejabilidade social varia de acordo com o contexto social. Para isso, compararemos o viés de desejabilidade social de respondentes de diferentes áreas de conhecimento e também o viés de desejabilidade social de respondentes de universidades que possuem diferentes históricos de políticas de ação afirmativa.

A figura 5 apresenta gráficos comparando o viés de desejabilidade social dependendo da área de conhecimento. Para esta análise, foram utilizados apenas os dados da UnB⁹ e compararemos apenas os cursos de Ciências Humanas¹⁰ com os cursos de Engenharias¹¹.

Para a cota racial, representada no primeiro gráfico da figura 5, o tamanho do viés de desejabilidade social varia enormemente dependendo da área de conhecimento. Para respondentes de ciências humanas¹², a proporção estimada da pergunta direta é de 72,2% e a proporção estimada do experimento de lista é de 48,7%. A diferença dessas proporções, isto, é a estimativa do viés de desejabilidade social, é de 23,5 pontos percentuais e é estatisticamente significativa. Já para respondentes de engenharias¹³, a proporção estimada da pergunta direta é de 44,6% e a proporção estimada do experimento de lista é de 34,7% e, logo, a estimativa do viés de desejabilidade social é de 9,8 pontos percentuais, apesar de não ser estatisticamente significativa. Comparando as estimativas do viés de desejabilidade social de respondentes das duas áreas de conhecimento, vemos uma diferença expressiva. Os estudantes de ciências humanas sobreinformam a importância de políticas de ação afirmativa em nível bem maior do que estudantes de engenharia e, assim, encontramos evidências da hipótese 5. Esse viés é ainda mais evidente se analisarmos apenas estudantes de cursos de Ciência Política e Ciências Sociais. Estes estudantes são susce-

⁹ Os dados sobre os cursos dos respondentes da UFMG estão incompletos.

¹⁰ Cursos da Área de Conhecimento de Ciências Humanas: Ciência Política, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia e Relações Internacionais.

¹¹ Cursos da Área de Conhecimento de Engenharias: Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Automotiva, Engenharia de Software, Engenharia Eletrônica e Engenharia Aeroespacial.

¹² O número de respondentes de ciências humanas para cota racial foi de 268, sendo 92 para a pergunta direta e 176 para o experimento de lista.

¹³ O número de respondentes de engenharias para cota racial foi de 178, sendo 55 para a pergunta direta e 123 para o experimento de lista.

tíveis a um efeito de desejabilidade social de 41,1 pontos percentuais¹⁴, estimativa que é estatisticamente significativa. Além disso, assim como já havíamos pressuposto, tanto a opinião explícita como a opinião sincera dos estudantes de ciências humanas são mais favoráveis à cota racial do que dos estudantes de engenharias.

Para cota social, representada no segundo gráfico da figura 5, o tamanho do viés de desejabilidade social também varia a depender da área de conhecimento do curso do estudante. Para estudantes de ciências humanas¹⁵, a proporção estimada para pergunta direta é de 86,9% e a proporção estimada para o experimento de lista é de 65,2%. Já para estudantes de engenharias¹⁶, a proporção estimada para pergunta direta é de 68,1% e a proporção estimada para o experimento de lista é de 62,6%. Dessa forma, a estimativa do viés de desejabilidade social para estudantes de ciências humanas é de 21,6 pontos percentuais¹⁷, e para estudantes de engenharias é de 5,5 pontos percentuais, apesar de nenhuma dessas estimativas serem estatisticamente significativas, o que provavelmente é decorrência do número pequeno de respondentes. Esses números revelam um resultado relevante: o apoio sincero à cota social, mensurado a partir do experimento de lista, na realidade tem uma proporção estimada bem parecida entre estudantes de ciências humanas e estudantes de engenharias, mas os estudantes de ciências humanas são muito mais suscetíveis a um efeito de desejabilidade social e sobreinformam o apoio explícito à cota social.

Para cota para escola pública, representada no terceiro gráfico da figura 5, novamente a estimativa do viés de desejabilidade é bem maior para alunos de cursos de ciências humanas¹⁸ (18,9 pontos percentuais) do que de cursos de engenharias¹⁹ (2,3 pontos percentuais). Contudo, nenhuma dessas estimativas do viés de desejabilidade social são estatisticamente significativas, provavelmente por consequência do número de observações pequeno. Assim como para cota social, a proporção de apoio sincero mensurado pelo experimento de lista é muito mais semelhante entre alunos de ciências humanas e de engenharias (63,1% versus 56,8%, respectivamente) do que a proporção de apoio explícito mensurado a partir da pergunta direta (81,8% versus 59,1%, respectivamente), o que indica que os estudantes de ciências humanas estão muito mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social quando revelam seu apoio explícito a cota para escola pública.

¹⁴ Considerando apenas respondentes de Ciência Política e Ciências Sociais, a proporção estimada pela pergunta direta é de 78,3% e a proporção estimada pelo experimento de lista é de 37,1%.

¹⁵ O número de respondentes de ciências humanas para cota social foi de 315, sendo 110 para a pergunta direta e 205 para o experimento de lista.

¹⁶ O número de respondentes de engenharias para cota social foi de 195, sendo 62 para a pergunta direta e 133 para o experimento de lista.

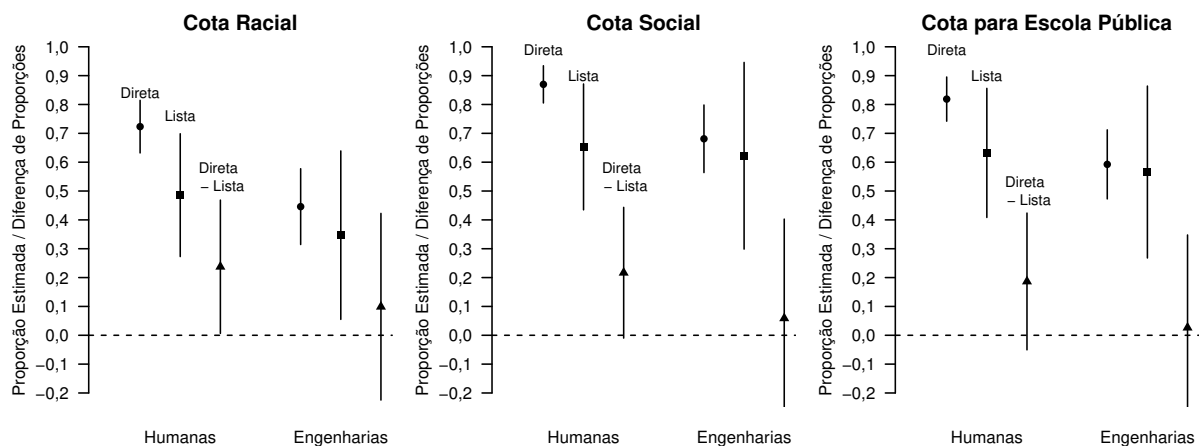
¹⁷ A estimativa do viés de desejabilidade social para estudantes de ciências humanas é estatisticamente significativa a nível de confiança de 90%.

¹⁸ O número de respondentes de ciências humanas para cota para escola pública foi de 269, sendo 101 para a pergunta direta e 168 para o experimento de lista.

¹⁹ O número de respondentes de engenharias para cota para escola pública foi de 186, sendo 46 para a pergunta direta e 66 para o experimento de lista.

Assim, analisando as estimativas de efeito de desejabilidade social três cotas, encontramos evidências sobre nossa hipótese 5, principalmente para a cota racial, mas também para as outras duas cotas. Isto é, estudantes de ciências humanas parecem ser mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que estudantes de engenharias e tendem a sobreenfocar a importância dessas políticas. Entretanto, apenas a estimativa do efeito de desejabilidade social de estudantes de ciências humanas para cota racial é estatisticamente significativa, o que é provavelmente consequência do número pequeno de respondentes de ciências humanas e engenharias.

Figura 5 – Efeito de Desejabilidade Social: Comparando Áreas de Conhecimento



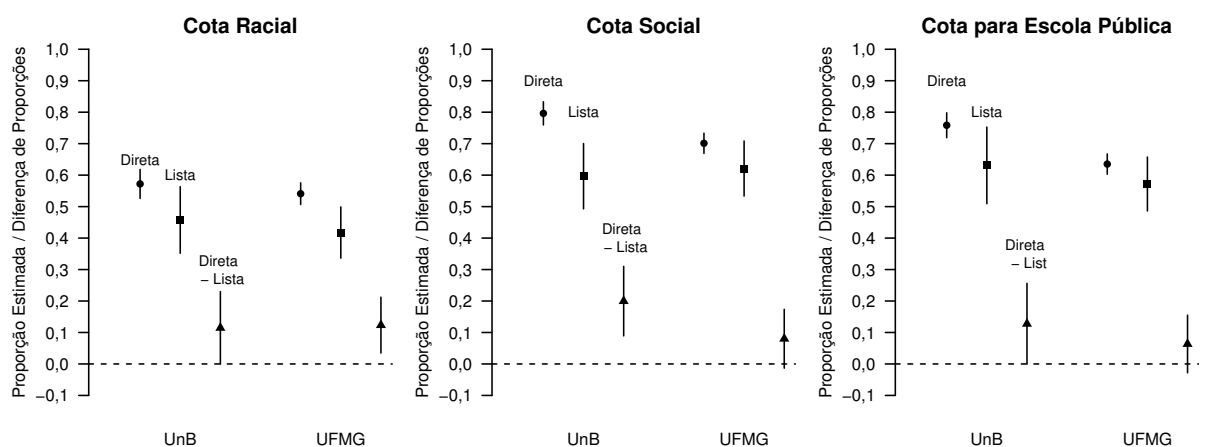
A figura 6 traz comparações do tamanho do viés de desejabilidade social das três cotas entre as universidades. O primeiro gráfico compara o tamanho do viés de desejabilidade social nas opiniões sobre cota racial entre a UnB e a UFMG. Para a UnB, a proporção estimada de apoio explícito (pergunta direta) à cota racial é de 57,2% e a proporção estimada de apoio sincero (experimento de lista) é de 45,8%. A estimativa do viés de desejabilidade social é de 11,4 pontos percentuais mas não é estatisticamente significativa²⁰. Para a UFMG, a proporção estimada de apoio explícito é de 54,1% e do apoio sincero é de 41,7%. A estimativa do viés de desejabilidade social é de 12,4 pontos percentuais e é estatisticamente significativa. Dessa forma, contrariando nossa hipótese 6, para cota racial, estudantes da UFMG e da UnB parecem ser igualmente suscetíveis ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas opiniões sobre cota racial. Isto é, o tamanho da estimativa do viés de desejabilidade social para estudantes da UFMG e da UnB é praticamente igual. Entretanto, tanto a proporção estimada pela pergunta direta como pelo experimento de lista são levemente maiores para a UnB. Dessa forma, assim como pressupomos, as atitudes dos estudantes da UnB parecem ser levemente mais favoráveis à cota racial.

²⁰ Esta estimativa de viés de desejabilidade social de estudantes da UnB para cota racial, apesar de não ser estatisticamente significativa a nível de confiança de 95%, é estatisticamente significativa a nível de confiança de 90%.

O segundo gráfico da figura 6 compara o tamanho do viés de desejabilidade social nas opiniões sobre cota social entre a UnB e a UFMG. Em relação ao apoio à cota social, a UnB tem proporção estimada pela pergunta direta de 79,6%, proporção estimada pelo experimento de lista de 59,6% e diferença dessas proporções, isto é, estimativa do viés de desejabilidade social, de 20,1 pontos percentuais e que é estatisticamente significativa. Já a UFMG tem proporção estimada pela pergunta direta de 70,2%, proporção estimada pelo experimento de lista de 62,1% e diferença dessas proporções, ou seja, estimativa do viés de desejabilidade social, de 8,1 pontos percentuais e que não é estatisticamente significativa. Dessa forma, para cota social, encontramos evidências de que estudantes da UnB são mais propensos ao efeito de desejabilidade social do que estudantes da UFMG quando revelam suas atitudes sobre cota social.

O terceiro gráfico da figura 6 compara o tamanho do viés de desejabilidade social nas opiniões sobre cota para escola pública entre UnB e UFMG. Para a UNB, a proporção estimada pela pergunta direta é de 75,8%, a proporção estimada pelo experimento de lista é de 63,2% e a estimativa do viés de desejabilidade social é de 12,6 pontos percentuais mas não é estatisticamente significativa²¹. Já para a UFMG, a proporção estimada pela pergunta direta é de 63,5%, a proporção estimada pelo experimento de lista é de 57,1% e a estimativa do viés de desejabilidade social é de 6,4 pontos percentuais mas não é estatisticamente significativa. Avaliando apenas as estimativas, os respondentes da UnB têm tanto opiniões explícitas como opiniões sinceras mais favoráveis sobre a cota para a escola pública, além de serem mais propensos ao efeito de desejabilidade social. Logo, esse resultado também corrobora com a hipótese 6.

Figura 6 – Efeito de Desejabilidade Social: Comparando a UnB e a UFMG



Portanto, encontramos evidências da nossa hipótese 6, de que estudantes da UnB são mais propensos ao efeito de desejabilidade social do que os da UFMG, para a cota social e para a cota para escola pública, mas não para a cota racial. Na UnB, tanto a

²¹ Esta estimativa é estatisticamente significativa a nível de confiança de 90%.

opinião explícita como a opinião sincera são ligeiramente mais favoráveis à cota racial do que na UFMG, o que traz indícios de que as discussões ocorridas dentro da universidade possam ter levado a uma mudança na atitude sincera dos estudantes.

7 Discussão

Este trabalho procurou analisar se opiniões sobre políticas de ação afirmativa no Brasil são propensas a um efeito de desejabilidade social e quais explicações para esse fenômeno. Nossa primeira pergunta de pesquisa foi: *opiniões sobre diferentes tipos de políticas de ação afirmativa são propensas a um efeito de desejabilidade social?* Os resultados mostraram que há um efeito de desejabilidade nas opiniões sobre os três tipos de cotas (cotas raciais, cotas sociais e cota para escola pública) e que os respondentes sobreamplificam a importância desses três tipos de cotas quando perguntados explicitamente. Isso evidencia a relevância de usar métodos de questionamento indireto como o experimento de lista para mensurar atitudes sobre questões sensíveis.

Nossa segunda pergunta de pesquisa foi: *o efeito de desejabilidade social é uniforme entre os três tipos de políticas de ação afirmativa?* Isto é, queríamos saber se a escolha do grupo alvo da cota afeta o efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre políticas de ação afirmativa. Pressupomos que a cota racial teria o maior tamanho de viés de desejabilidade social. Entretanto, nosso resultado contradiz nossa hipótese, uma vez que encontramos que a cota social é a que tem o maior tamanho do viés de desejabilidade social, seguida pela cota racial e, por fim, pela cota para escola pública.

Cota social e a cota para escola pública, que são as que possuem maior apoio sincero, estão diretamente relacionadas ao reconhecimento e diminuição da desigualdade social. Além disso, encontramos o maior viés de desejabilidade social para a cota social, política de ação afirmativa que usa renda como critério, o demarcador mais importante nas relações sociais no Brasil. Já para a cota racial, o menor apoio tanto explícito como sincero mostra que não há um reconhecimento tão marcante da desigualdade racial e, portanto, da necessidade de mitigar esta questão a partir de políticas de ação afirmativa como no caso da desigualdade social. A diferença entre as forças destas normas pode ser explicada tendo em vista a constatação de que, no contexto brasileiro, a desigualdade social e a desigualdade racial estão sobrepostas, o que pode tornar a questão racial menos nítida do que no contexto norte-americano, em que a sobreposição é menor.

Nossa terceira pergunta foi: *quem é mais suscetível ao efeito de desejabilidade social quando perguntado sobre políticas de ação afirmativa?* Em outras palavras, queríamos saber quais eram os fatores individuais que levavam os respondentes a serem mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Elaboramos hipóteses sobre dois fatores individuais principais: interesse próprio e preconceito em relação ao grupo alvo da política.

Em relação ao interesse próprio, pressupomos que os respondentes que não são do grupo elegível à cota específica seriam os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderiam a sobreinformar a importância da cota específica. Encontramos indícios de que o interesse próprio explica o efeito de desejabilidade social para cota social e cota para escola pública, mas não para cota racial.

Para cota social, os respondentes de renda média são os que apresentaram o maior tamanho do viés de desejabilidade social, ou seja, foram os que sobreinformaram em maior nível a importância desta política, seguidos pelos respondentes de renda alta e, finalmente, pelos respondentes de renda baixa. Para cota para escola pública, encontramos que os respondentes de escola não pública apresentam um maior tamanho do viés de desejabilidade social e sobreinformam em maior nível a importância desta política do que respondentes de escola pública. Logo, para estas duas cotas, os estudantes que têm seu interesse próprio mais prejudicado pela cota específica são os que tendem a ser mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Por fim, para cota racial, os respondentes autodeclarados negros apresentaram um viés de desejabilidade social maior que os respondentes autodeclarados brancos. Dessa forma, não encontramos evidências sobre nossa hipótese para esta cota.

Para a cota racial, pode ser que a discrepância entre o resultado e a nossa expectativa tenha ocorrido devido à forma como operacionalizamos essa questão. Acreditamos que as pessoas julgariam os vários tipos de cotas seguindo apenas o critério de seleção que o próprio nome da cota diz. Entretanto, segundo a Lei de Cotas federal, tanto a cota social como a cota racial estão dentro da cota para escola pública, isto é, os critérios se sobrepõem. Dessa forma, estudantes que não estudaram o ensino médio em escola pública são os que têm seu interesse mais prejudicado, pois não são elegíveis a nenhuma cota deste modelo federal. Os resultados mostram que a estimativa do viés de desejabilidade social para respondentes que não são oriundos de escola pública é sempre maior do que a estimativa do viés de desejabilidade social para estudantes de escola pública, para todos os tipos de cotas. Em suma, operacionalizando interesse próprio desta outra forma, há indícios de que este fator influencia no efeito de desejabilidade social dos estudantes sobre os três tipos de cotas.

Em relação ao preconceito, pressupomos que os respondentes que são mais preconceituosos em relação ao grupo alvo da cota específica seriam os mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social e tenderiam a sobreinformar a importância da cota específica. Achemos evidências fortes da influência do preconceito racial para cota racial e apenas indícios da influência do preconceito social para cota social. Já para a cota para escola pública, não confirmamos nossa suposição sobre a influência do preconceito educacional no efeito de desejabilidade social.

O preconceito racial é o mais conhecido e marcante na sociedade brasileira e, conseqüentemente, há uma norma anti-preconceito racial bem forte. Assim, faz sentido que

este preconceito seja o que tenha uma maior influência no efeito de desejabilidade social. Para este preconceito, a diferença entre as estimativas do efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota racial para os mais preconceituosos e os menos preconceituosos foi estatisticamente significativa, indicando a importância deste fator individual.

Nossa quarta pergunta foi: *o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa varia de intensidade dependendo do contexto social?* Exploramos a influência do contexto comparando áreas de conhecimento diferentes e universidades diferentes. Para áreas de conhecimento, estudantes de ciências humanas apresentaram um maior tamanho de viés de desejabilidade social e sobreinformaram em maior nível a importância de políticas de ação afirmativa do que estudantes de engenharias para todos os tipos de cotas. Esses resultados revelam que áreas de conhecimento que contêm normas sociais mais favoráveis a essas políticas podem levar os estudantes a serem suscetíveis em maior nível ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas atitudes sobre essas políticas.

Para universidades diferentes, pressupomos que estudantes da UnB seriam mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social do que estudantes da UFMG e tenderiam a sobreinformar a importância dos três tipos de cotas. Os resultados confirmam parcialmente nossa hipótese. Enquanto a estimativa do viés de desejabilidade social para cota social e cota para escola pública é maior para estudantes da UnB, a estimativa do viés de desejabilidade social para cota racial é praticamente do mesmo tamanho para as estudantes das duas universidades.

Uma vez que a UnB já havia adotado uma cota racial anteriormente à lei federal de cotas, presumimos que haveria uma norma social mais forte sobre a importância desta cota nesta universidade. Por conseguinte, esperávamos que esta cota fosse aquela para a qual encontraríamos uma diferença mais acentuada sobre as estimativas de viés de desejabilidade social entre estudantes da UnB e da UFMG. No parágrafo anterior, mostramos que os resultados contrariaram nossas expectativas. Podemos formular uma explicação plausível para este resultado contraintuitivo.

Um ambiente com uma norma social predominante pode levar tanto a um efeito de desejabilidade social, isto é, uma mudança da atitude explícita do indivíduo para se adequar à norma social sem que haja uma mudança da atitude sincera, como também a uma mudança na atitude sincera do indivíduo, por causa do maior conhecimento adquirido sobre a questão. Esses dois processos não são excludentes e podem acontecer simultaneamente. Nesse sentido, pode ser que as discussões ocorridas dentro da UnB tenham levado a uma mudança na atitude sincera dos estudantes sobre a cota racial, por consequência de um maior conhecimento adquirido sobre esta questão. Nossos resultados apontam que a opinião sincera de estudantes da UnB é ligeiramente mais favorável à cota racial do que de estudantes da UFMG. Entretanto, ressaltamos que esses resultados trazem apenas

indícios desta mudança de atitude sincera e mais estudos são necessários para averiguar esta suposição.

Portanto, nossos resultados mostram que, em geral, respondentes tenderam a sobreenfocar a importância de diferentes tipos de políticas de ação afirmativa. Além disso, encontramos evidências de que fatores individuais (interesse próprio e preconceito em relação ao grupo alvo da cota específica) e contextuais (áreas de conhecimento diferentes e universidades diferentes) explicam o efeito de desejabilidade social.

O efeito de desejabilidade social pode enviesar resultados em pesquisas que buscam mensurar atitudes sobre questões sensíveis e, por isso, é extremamente relevante entender explicações para esse fenômeno. Enquanto outros estudos focaram na análise de determinantes da opinião explícita (e.g. Bailey, 2004; Smith, 2010) ou da opinião sincera (e.g. Vidigal, 2015; Vidigal, 2018) sobre políticas de ação afirmativa no Brasil, nosso estudo inova ao focar nos determinantes do próprio efeito de desejabilidade social. Ainda, analisamos conjuntamente o efeito de desejabilidade social nas atitudes sobre três tipos de políticas de ação afirmativa que possuem como alvo grupos diferentes. Isto foi fundamental para que operacionalizássemos os determinantes individuais e contextuais do efeito de desejabilidade social de uma forma mais coordenada, sinérgica e abrangente, o que traz maior robustez para as nossas explicações sobre os resultados desta pesquisa.

Entretanto, este trabalho também tem limitações. A amostra que utilizamos traz graves problemas para a validade externa da pesquisa. Nosso *survey* foi aplicado a uma amostra de estudantes universitários, grupo que possui características sociodemográficas específicas e que não representa a população brasileira. O convite de participação de pesquisa foi enviado para os *e-mails* de todos os estudantes de graduação das duas universidades, mas evidentemente apenas alguns estudantes responderam. Esses estudantes universitários que aceitaram participar da pesquisa podem ter características sociodemográficas e atitudes políticas específicas e, assim, não podemos dizer que nossa amostra é representativa nem do conjunto de estudantes universitários das duas universidades. Isto é, os resultados da nossa pesquisa não podem ser generalizados nem para os estudantes universitários da UnB e da UFMG nem para a população brasileira. Todavia, na nossa pesquisa estávamos mais preocupados com a validade interna da pesquisa. Nosso interesse principal foi mensurar o efeito de desejabilidade social a partir de um experimento, em que os participantes são designados aleatoriamente para diferentes grupos de tratamento e, comparando as respostas desses grupos, conseguimos chegar às estimativas do viés de desejabilidade social.

Além disso, este trabalho foi aplicado em 2003. Como a intensidade das normas sociais varia ao longo do tempo, novos estudos podem trazer diferentes resultados. O estudo de Turgeon, Chaves e Wives (2014), aplicado a uma amostra de estudantes universitários em 2011 e, portanto, anterior à Lei de Cotas federal, encontrou que estudantes negros

subinformavam o apoio a cotas raciais e já estudantes brancos não eram suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Já no nosso estudo, aplicado em 2013, época que começou a implementação das cotas referentes à Lei de Cotas federal, tanto estudantes brancos como negros tenderam a sobreinformar o apoio a cotas raciais. Da mesma forma, pode ser que atualmente, depois de anos de implementação destas cotas, haja uma norma social ainda mais forte sobre a importância delas em contextos universitários, além de um maior conhecimento adquirido sobre esta questão. Consequentemente, pode ser que tanto o tamanho do efeito de desejabilidade social como o apoio sincero a essas políticas sejam maior.

Estudos futuros devem mensurar o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre políticas de ação afirmativa em outras amostras, para averiguar se as tendências observadas se mantêm e explorar novas variáveis individuais e contextuais que podem influenciar o efeito de desejabilidade social.

Pesquisas futuras também devem utilizar o experimento de lista na mensuração de atitudes sobre outros temas sensíveis no contexto brasileiro, como questões relativas a gênero e sexualidade. No contexto norte-americano, o experimento em lista já foi utilizado em pesquisas sobre inúmeras questões sensíveis, como atitudes sobre a imigração (Janus, 2010) e apoio do casamento de pessoas do mesmo sexo (Lax, Phillips e Stollwerk, 2016). Já no Brasil, o uso desta técnica para mensurar atitudes ainda é bem incipiente. O experimento de lista é importante tanto para examinar o efeito de desejabilidade social nas opiniões explícitas sobre questões sensíveis, como para mensurar opiniões sinceras sobre estas questões sensíveis.

De modo mais geral, nosso trabalho pretende contribuir com o entendimento de normas sociais que podem influenciar as pessoas a não expressarem suas sinceras atitudes políticas. Para estar de acordo com a norma, as pessoas tendem a dar respostas que são socialmente desejáveis. Dessa forma, compreender o efeito de desejabilidade social é compreender a dinâmica das normas sociais da sociedade e como elas influenciam as atitudes dos indivíduos.

8 Conclusão

Esta dissertação buscou dimensionar e estimar o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre três tipos de cotas (cota racial, cota social e cota para escola pública), bem como conhecer as suas causas e fatores determinantes. Encontramos evidências de que tanto o grupo alvo da política, como fatores individuais e fatores contextuais afetam o tamanho do viés de desejabilidade social.

Em relação ao grupo alvo da política, nosso estudo demonstra que a cota social

é a que possui a maior estimativa do viés de desejabilidade social, seguida pela cota racial e, por último, pela cota para escola pública. Esse resultado contradiz o que esperávamos, pois pressupomos que a cota racial seria a mais propensa ao efeito de desejabilidade social.

No que se refere aos fatores individuais, pressupomos que estudantes que tivessem seu interesse próprio prejudicado ou que fossem mais preconceituosos em relação ao grupo alvo da cota seriam mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social. Aachamos indícios de que o interesse próprio influencia o efeito de desejabilidade social para cota social, principalmente, e para cota para escola pública, mas não para cota racial. Também achamos evidências de que o preconceito racial é uma explicação para o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota racial. Ademais, encontramos indícios de que o preconceito social é uma explicação para o efeito de desejabilidade social nas opiniões sobre cota social. Entretanto, o resultado da influência do preconceito educacional nas opiniões sobre cota para escola pública não confirma nossa hipótese.

Sobre os fatores contextuais, comparamos áreas de conhecimento diferentes e universidades diferentes. Para áreas de conhecimento, encontramos que estudantes de cursos de humanas sobrinformam em maior nível a importância das três cotas do que estudantes de cursos de engenharias. Logo, estudantes que estão em áreas de conhecimento que possuem normas sociais mais favoráveis a políticas de ação afirmativa são mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social quando revelam suas opiniões explícitas. Finalmente, comparando a UNB e a UFMG, encontramos resultados que confirmam apenas parcialmente nossa hipótese. Pressupomos que os estudantes da UnB seriam mais suscetíveis ao efeito de desejabilidade social ao revelar suas opiniões sobre os três tipos de cotas. Os resultados mostraram que a estimativa do viés de desejabilidade social para cota social e cota para escola pública é maior para a UnB, mas a a estimativa do viés de desejabilidade social para cota racial é maior para a UFMG.

Em suma, esses resultados revelam que o efeito de desejabilidade é um fenômeno importante e intrincado para a devida aferição da opinião pública no que tange às políticas de ação afirmativa. Ao correlacionar três tipos de cotas com quatro determinantes, conseguimos explorar com maior precisão e abrangência a complexidade desse fenômeno. Se queremos aprender a dinâmica da opinião pública sobre temas sensíveis, precisamos desvendar o efeito de desejabilidade social em todas suas nuances.

Referências Bibliográficas

- Antin, Judd e Aaron Shaw (2012). “Social desirability bias and self-reports of motivation: a study of amazon mechanical turk in the US and India”. Em: *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. ACM, pp. 2925–2934.
- Bailey, Stanley R (2004). “Group dominance and the myth of racial democracy: Antiracism attitudes in Brazil”. Em: *American Sociological Review* 69.5, pp. 728–747.
- Bailey, Stanley R, Fabrício M Fialho e Andrew M Penner (2016). “Interrogating race: color, racial categories, and class across the Americas”. Em: *American Behavioral Scientist* 60.4, pp. 538–555.
- Berinsky, Adam J (2002). “Political context and the survey response: The dynamics of racial policy opinion”. Em: *Journal of Politics* 64.2, pp. 567–584.
- Blair, Graeme e Kosuke Imai (2012). “Statistical analysis of list experiments”. Em: *Political Analysis* 20.1, pp. 47–77.
- Blair, Graeme, Kosuke Imai e Jason Lyall (2014). “Comparing and combining list and endorsement experiments: Evidence from Afghanistan”. Em: *American Journal of Political Science* 58.4, pp. 1043–1063.
- Bobo, Lawrence (1998). “Race, interests, and beliefs about affirmative action: Unanswered questions and new directions”. Em: *American Behavioral Scientist* 41.7, pp. 985–1003.
- Brasil (2012). *Lei Nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.
- Brown-Iannuzzi, Jazmin L, Maxine B Najle e Will M Gervais (2017). “The illusion of political tolerance: Social desirability and self-reported voting preferences”. Em: *Social Psychological and Personality Science*, p. 1948550618760147.
- Carvalho, José Jorge de (2004). “Uma proposta de cotas para negros e índios na Universidade de Brasília”. Em: *O público e o privado* 3.
- (2005). “Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB”. Em: *Horizontes Antropológicos* 11.23, pp. 237–246.
- Censo Demográfico (2000). “Características da Populaçãoe dos Domicílios”. Em: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Rio de Janeiro*.
- (2010). “Características da Populaçãoe dos Domicílios”. Em: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Rio de Janeiro*.
- Cicalo, André (2012). “Nerds and barbarians: race and class encounters through affirmative action in a Brazilian university”. Em: *Journal of Latin American Studies* 44.2, pp. 235–260.

- Comşa, Mircea e Camil Postelnicu (2012). “Measuring social desirability effects on self-reported turnout using the item count technique”. Em: *International Journal of Public Opinion Research* 25.2, pp. 153–172.
- Corstange, Daniel (2008). “Sensitive questions, truthful answers? Modeling the list experiment with LISTIT”. Em: *Political Analysis* 17.1, pp. 45–63.
- Crandall, Christian S, Amy Eshleman e Laurie O’Brien (2002). “Social norms and the expression and suppression of prejudice: the struggle for internalization.” Em: *Journal of personality and social psychology* 82.3, p. 359.
- Crosby, Faye J, Aarti Iyer e Sirinda Sincharoen (2006). “Understanding affirmative action”. Em: *Annu. Rev. Psychol.* 57, pp. 585–611.
- Crowne, Douglas P e David Marlowe (1960). “A new scale of social desirability independent of psychopathology.” Em: *Journal of consulting psychology* 24.4, p. 349.
- Dalton, Derek e Marc Ortegren (2011). “Gender differences in ethics research: The importance of controlling for the social desirability response bias”. Em: *Journal of Business Ethics* 103.1, pp. 73–93.
- Druckman, James N et al. (2011). “Experimentation in political science”. Em: *Handbook of experimental political science*, pp. 3–14.
- Eagly, Alice H e Amanda B Diekmann (2005). “What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context”. Em: *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport*, pp. 19–35.
- Fischer, Mira et al. (2017). “Support for free-market policies and reforms: Does the field of study influence students’ political attitudes?” Em: *European Journal of Political Economy* 48, pp. 180–197.
- Gilens, Martin, Paul M Sniderman e James H Kuklinski (1998). “Affirmative action and the politics of realignment”. Em: *British Journal of Political Science* 28.1, pp. 159–183.
- Glynn, Adam N (2013). “What can we learn with statistical truth serum? Design and analysis of the list experiment”. Em: *Public Opinion Quarterly* 77.S1, pp. 159–172.
- Gonzalez-Ocantos, Ezequiel et al. (2012). “Vote buying and social desirability bias: Experimental evidence from Nicaragua”. Em: *American Journal of Political Science* 56.1, pp. 202–217.
- Hastie, Brianne (2007). “Higher education and sociopolitical orientation: The role of social influence in the liberalisation of students”. Em: *European Journal of Psychology of Education* 22.3, pp. 259–274.
- Heerwig, Jennifer A e Brian J McCabe (2009). “Education and social desirability bias: The case of a black presidential candidate”. Em: *Social Science Quarterly* 90.3, pp. 674–686.

- Herrera, Felisha A et al. (2013). “Documenting attitudes toward undocumented immigrant access to public education: A multilevel analysis”. Em: *The Review of Higher Education* 36.4, pp. 513–549.
- Hodson, Gordon, Jonathan Rush e Cara C MacInnis (2010). “A joke is just a joke (except when it isn’t): Cavalier humor beliefs facilitate the expression of group dominance motives.” Em: *Journal of personality and social psychology* 99.4, p. 660.
- Huddy, Leonie e Stanley Feldman (2009). “On assessing the political effects of racial prejudice”. Em: *Annual Review of Political Science* 12, pp. 423–447.
- Imai, Kosuke (2011). “Multivariate regression analysis for the item count technique”. Em: *Journal of the American Statistical Association* 106.494, pp. 407–416.
- Jacobson, Cardell K (1985). “Resistance to affirmative action: Self-interest or racism?” Em: *Journal of Conflict Resolution* 29.2, pp. 306–329.
- Janus, Alexander L (2010). “The influence of social desirability pressures on expressed immigration attitudes”. Em: *Social Science Quarterly* 91.4, pp. 928–946.
- Karp, Jeffrey A e David Brockington (2005). “Social desirability and response validity: A comparative analysis of overreporting voter turnout in five countries”. Em: *Journal of politics* 67.3, pp. 825–840.
- Kim, Anita (2014). “The curious case of self-interest: Inconsistent effects and ambivalence toward a widely accepted construct”. Em: *Journal for the Theory of Social Behaviour* 44.1, pp. 99–122.
- Knoll, Benjamin R (2013). “Assessing the effect of social desirability on nativism attitude responses”. Em: *Social science research* 42.6, pp. 1587–1598.
- Krumpal, Ivar (2013). “Determinants of social desirability bias in sensitive surveys: a literature review”. Em: *Quality & Quantity* 47.4, pp. 2025–2047.
- Kuklinski, James H, Michael D Cobb e Martin Gilens (1997). “Racial attitudes and the “New South””. Em: *The Journal of Politics* 59.2, pp. 323–349.
- Kuklinski, James H et al. (1997). “Racial prejudice and attitudes toward affirmative action”. Em: *American Journal of Political Science*, pp. 402–419.
- Lax, Jeffrey R, Justin H Phillips e Alissa F Stollwerk (2016). “Are survey respondents lying about their support for same-sex marriage? Lessons from a list experiment”. Em: *Public opinion quarterly* 80.2, pp. 510–533.
- Lima Amaral, Ernesto Friedrich de et al. (2012). “Análise do perfil dos alunos ingressantes na ufmg pela iniciativa do bônus sociorracial”. Em: *Revista Teoria & Sociedade* 1.Edição 2.
- Mackie, Gerry et al. (2012). “What are social norms? How are they measured”. Em: *University of California at San Diego-UNICEF Working Paper, San Diego*.
- Mangum, Maruice (2008). “Testing competing explanations of black opinions on affirmative action”. Em: *Policy Studies Journal* 36.3, pp. 347–366.

- Observatório da Vida Estudantil da Universidade de Brasília (2017). “Perfil discente da UnB: estudantes ingressantes entre 1/2012 e 2/2015”. Em: *Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília*.
- Paulhus, DL (1988). “Balanced inventory of desirable responding (BIDR)”. Em: *Acceptance and Commitment Therapy. Measures Package* 41.
- Peffley, Mark, Jon Hurwitz e Paul M Sniderman (1997). “Racial stereotypes and whites’ political views of blacks in the context of welfare and crime”. Em: *American Journal of Political Science*, pp. 30–60.
- Peria, Michelle e Stanley R Bailey (2014). “Remaking racial inclusion: Combining race and class in Brazil’s new affirmative action”. Em: *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 9.2, pp. 156–176.
- Phillips, Derek L e Kevin J Clancy (1972). “Some effects of “social desirability” in survey studies”. Em: *American Journal of Sociology* 77.5, pp. 921–940.
- Redlawsk, David P, Caroline J Tolbert e William Franko (2010). “Voters, emotions, and race in 2008: Obama as the first black president”. Em: *Political Research Quarterly* 63.4, pp. 875–889.
- Rio de Janeiro (2001). *Lei Nº 3708/2001. Institui cota de quarenta por cento para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências*. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2001.
- (2003). *Lei Nº 4151/2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências*. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2003.
- Rosenfeld, Bryn, Kosuke Imai e Jacob N Shapiro (2016). “An empirical validation study of popular survey methodologies for sensitive questions”. Em: *American Journal of Political Science* 60.3, pp. 783–802.
- Sears, David O e Carolyn L Funk (1990). “The limited effect of economic self-interest on the political attitudes of the mass public”. Em: *Journal of Behavioral Economics* 19.3, pp. 247–271.
- Sears, David O et al. (1980). “Self-interest vs. symbolic politics in policy attitudes and presidential voting”. Em: *American Political Science Review* 74.3, pp. 670–684.
- Smith, A (2010). “Who supports affirmative action in Brazil?” Em: *Americas Barometer Insights* 49, pp. 1–8.
- Streb, Matthew J et al. (2007). “Social desirability effects and support for a female American president”. Em: *Public Opinion Quarterly* 72.1, pp. 76–89.
- Telles, Edward (2010). *A Retrospective: Looking Back a Decade Later on Brazil’s Racial Inclusion Policies*.
- Telles, Edward e Stan Bailey (2002). “Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos”. Em: *Opinião Pública* 8.1, pp. 30–39.

- Telles, Edward Eric (2012). *O significado da raça na sociedade brasileira*. Princeton University Press.
- Turgeon, Mathieu, Bruno Sant’Anna Chaves e Willian Washington Wives (2014). “Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira”. Em: *Opinião Pública* 20.3, pp. 363–376.
- Universidade de Brasília (2013). *Análise do Sistema de Cotas para Negros na Universidade de Brasília*. Decanato de Ensino de Graduação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Vidigal, Robert (2018). “Affirmative Action Attitudes of Whites: Evidence from a List Experiment Survey in Brazil”. Em: *Brazilian Political Science Review* 12.2.
- Vidigal, Robert Lee Borges de Paula (2015). “Medindo assuntos socialmente sensíveis: o uso do experimento de lista e políticas de ação afirmativa”. Em: *Revista Eletrônica de Ciência Política* 6.1.
- World Bank (2004). *Inequality and Economic Development in Brazil: a World Bank Country Study*. The World Bank, Washington D. D., Estados Unidos da América.

APÊNDICE A – Teste para o Efeito de Desenho

Tabela 1 – Teste para Efeito de Desenho de Experimento de Lista

Valor do Y	Cota Racial		Cota Social		Cota para Escola Pública	
	Grupo Controle	Grupo Tratado	Grupo Controle	Grupo Tratado	Grupo Controle	Grupo Tratado
	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)
0	0.132 (0.011)	0.033 (0.016)	0.058 (0.007)	0.150 (0.014)	0.083 (0.008)	0.107 (0.015)
1	0.247 (0.019)	0.177 (0.022)	0.134 (0.019)	0.235 (0.021)	0.144 (0.019)	0.254 (0.021)
2	0.128 (0.021)	0.157 (0.017)	0.102 (0.021)	0.187 (0.018)	0.114 (0.021)	0.155 (0.018)
3	0.038 (0.0136)	0.060 (0.010)	0.034 (0.014)	0.065 (0.011)	0.041 (0.015)	0.070 (0.011)
4	0.006 (0.007)	0.023 (0.005)	0.006 (0.008)	0.029 (0.005)	0.006 (0.008)	0.027 (0.005)
Total	0.550	0.450	0.334	0.666	0.387	0.613

APÊNDICE B – Resultados dos Modelos Multivariados

Tabela 2 – Modelo Multivariado para Cota Racial

Variáveis	Pergunta Direta Est.(<i>e.p</i>)	Experimento de Lista	
		Item sensível Est.(<i>e.p</i>)	Itens Controles Est.(<i>e.p</i>)
Cor/Raça Branca	−0,504*** (0,133)	−0,207 (0,361)	−0,111* (0,058)
Renda Baixa	0,121 (0,139)	−0,011 (0,360)	0,049 (0,060)
Escola Pública	0,291** (0,141)	0,927** (0,370)	0,026 (0,060)
Gênero (Mulher)	0,167 (0,130)	0,319 (0,347)	−0,166*** (0,056)
Preconceito Racial	−1,018*** (0,128)	−1,872*** (0,385)	−0,259*** (0,058)
Intercepto	0,684*** (0,163)	0,037 (0,400)	−0,370*** (0,070)
Observações	1102	2203	

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 3 – Modelo Multivariado para Cota Social

Variáveis	Pergunta Direta	Experimento de Lista	
		Item sensível	Itens Controles
	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)
Cor/Raça Branca	-0,586*** (0,145)	-0,307 (0,336)	-0,019 (0,059)
Renda Baixa	-0,166 (0,173)	0,892** (0,425)	-0,072 (0,075)
Renda Alta	-0,192 (0,188)	0,794** (0,455)	-0,114 (0,082)
Escola Pública	0,518*** (0,154)	0,607* (0,370)	0,020 (0,064)
Gênero (Mulher)	0,092 (0,140)	0,198 (0,335)	-0,153*** (0,058)
Preconceito Social	-0,401*** (0,145)	-0,618* (0,356)	-0,124** (0,062)
Intercepto	1,372*** (0,198)	-0,143 (0,481)	-0,418*** (0,083)
Observações	1158	2248	

Nota: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

Tabela 4 – Modelo Multivariado para Cota para Escola Pública

Variáveis	Pergunta Direta	Experimento de Lista	
		Item sensível	Itens Controles
	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)	Est.(<i>e.p</i>)
Cor/Raça Branca	−0,229* (0,136)	−0,313 (0,329)	−0,091 (0,062)
Renda Baixa	0,354** (0,138)	−0,011 (0,340)	0,048 (0,063)
Escola Pública	0,390*** (0,140)	0,656* (0,343)	0,088 (0,063)
Gênero (Mulher)	0,289** (0,131)	−0,042 (0,338)	−0,204*** (0,061)
Preconceito Educacional	−0,871*** (0,132)	−0,321 (0,350)	−0,113* (0,064)
Intercepto	0,739*** (0,164)	0,398 (0,384)	−0,454*** (0,074)
Observações	1161		2206

Nota:

* $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$